



MOVIMENTOS + pag/6

Greve da educação federal segue firme
Arrancar as reivindicações com os atos, as passeatas, os bloqueios

NACIONAL + pag/4

A REAL DEFESA DOS OPRIMIDOS AFETADOS PELA ENCHENTE NO SUL É POR MEIO DA LUTA DE CLASSES

INTERNACIONAL + pag/24

Congresso dos EUA criminaliza a luta pró-Palestina

A crise capitalista se agrava e os assalariados a sentem sobre os salários, empregos e direitos
Somente se combate de verdade a burguesia direitista e seus governos com a luta de classes!

EDITORIAL
+ pag/2-3

SINDICAL + pag/13

Diante dos ataques do governo de extrema direita, os professores e professoras de São Paulo foram derrotados pela sua própria direção

INTERNACIONAL + pag/21

EDITORIAL

Quanto mais o imperialismo afunda na crise econômica, mais tem de impulsionar sua solução pela via das guerras

INTERNACIONAL + pag/23

TPI

Rejeitar a demagogia jurídica da burguesia imperialista!
Defender o direito das massas à violência revolucionária!

MOVIMENTOS


Atos/NAKBA 76 ANOS DE GENOCIDIO



Em ato massivo, ganha projeção a consigna que o governo Lula rompa todos os acordos com o estado de Israel

+ pag/9

A crise capitalista se agrava e os assalariados a sentem sobre os salários, empregos e direitos **Somente se combate de verdade a burguesia direitista e seus governos com a luta de classes!**

 Os assalariados têm sofrido no Brasil, com os aumentos generalizados dos preços de produtos de primeira necessidade (arroz a quase R\$ 40,00, o pacote de 5kg), com a precarização crescente do trabalho (metade dos contratados não têm direitos trabalhistas, como 13º salário ou férias), e ainda com cada vez mais demissões, que levam muitos a deixarem empregos de carteira assinada e passarem a empregos precarizados ou subempregos. Também sofrem com a queda dos gastos públicos em Saúde, Educação e demais serviços sociais, em uma situação de aumento do número de afetados por doenças e de maior variedade de patologias – vírus que tinham sido extintos e voltaram a atacar, epidemias de doenças como dengue e infecções respiratórias variadas. A inflação ameaça crescer ainda mais entre os itens de alimentação e moradia nos próximos meses. E não é somente no Brasil, existe uma tendência mundial de elevação de preços. As condições mais profundas do capitalismo mundial se manifestam no Brasil, que continua pelo caminho do sustento do parasitismo financeiro e da maior superexploração da força de trabalho.

As universidades federais se encontram em greve, contra o reajuste zero proposto pelo governo. Pela prática, percebem que o valor do reajuste será usado para pagar dívida. Os professores da rede estadual de S. Paulo tiveram 40 mil demissões sem resistência, aprovação de medidas impositivas ao trabalho dos professores, do projeto das escolas cívico-militares e vem aí a privatização da gestão escolar. O governo Tarcísio promete economizar R\$ 20 bilhões ainda este ano, com cortes. Os professores contratados da rede municipal de S. Paulo estão sendo demitidos. Enquanto isso acontece, os dirigentes sindicais fazem campanha eleitoral.

A taxa de juros mantida elevada nos EUA impacta a economia brasileira, como parte da economia mundial. Também impacta a decisão de reajuste de imposto para os produtos chineses importados na economia americana; a taxação pode passar de 25% a 100% sobre alguns produtos, desde as roupas e calçados, até os veículos. Na primeira situação, a especulação é fortalecida nos EUA, e assim pressiona para que os dólares investidos aqui se desloquem para lá (US\$ 21 bilhões, desde o anúncio de continuidade da alta lá), e aqui a especulação financeira também se fortalece. Dólar mais caro e uma queda menor da taxa Selic é o que se pode esperar em nosso país, nos próximos meses. De um lado, agrava-se o conflito entre as frações do capital financeiro e industrial ao redor das taxas de juros, que não tem nada diretamente a ver com os assalariados, embora as direções sindicais procurem apoiar os setores industriais contra os especulativos – ambos arrancam seus lucros da exploração da força de trabalho, direta ou indiretamente. De outro lado, a alta do dólar causada pela maior especulação financeira leva diretamente ao maior aumento dos preços, especialmente aqueles que estão ligados à exportação de alimentos, negociados nas bolsas de valores como commodities. Os capitais proprietários da rede de grande comércio calculam e impõem seus lucros em dólar, e têm a força de monopólios conjugados para estabelecer aumentos de preços em reais.

A China, diante de novas e pesadas sanções tributárias sobre seus produtos exportados nos Estados Unidos, deve buscar os mercados mexicano e brasileiro para compensar as perdas na balança comercial com os ianques. Já começou a pressionar o mercado de automóveis, oferecendo vantagens sobre seus competidores europeus e es-

tadunidenses por aqui. Note-se que os ganhos protecionistas dos EUA com a sobretaxação de produtos chineses lá podem levar a pesadas perdas de suas filiais em outros rincões, como o Brasil e México.

Em ambos os casos, vemos o entrelaçamento da economia mundial capitalista e seus impactos no Brasil. Apesar de crescimento na arrecadação de impostos, o governo brasileiro continua enredado em dificuldades crescentes, buscando a todo custo garantir o sustento do capital financeiro, por meio da política do Arcabouço Fiscal, mas tendo de lidar com a crise no Rio Grande do Sul e com o aumento de despesas obrigatórias, no caso da Previdência e Assistência Social. O caminho do governo foi o de rever as metas do Arcabouço. No projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), o governo refez a meta para 2024 para déficit zero, e não mais para superávit; para 2026, superávit de 0,25%. A mudança não teve a ver com a tragédia do Rio Grande do Sul, porque foi anunciada em meados de abril, refletindo o esgotamento da política para captar mais receitas. Com o desastre ambiental, ficou ainda mais distante o retorno do superávit primário, que fez a alegria dos especuladores financeiros nacionais e internacionais nos primeiros governos de Lula. Isso não significa, no entanto, que o capital financeiro vá perder algo. A manutenção das taxas de juros a mais de 10% (10,5%, atualmente) mantém o país como atrativo para o capital especulativo, embora menos atrativo com a taxa norte-americana a mais de 5% ao ano. O pagamento de juros da Dívida Pública também se mantém nas alturas, previsto em mais R\$ 700 bilhões só para esse ano, representando o saque das riquezas nacionais e representando a subordinação do governo com o capital imperialista que o elegeu. Toda

“

...

Nenhum governo burguês pode de fato ter políticas de preservação ambiental, quando a especulação imobiliária, o uso irracional do solo pelo agronegócio e a ocupação desenfreada de áreas urbanas constituem a essência do capitalismo, sobretudo, em um país atrasado e semicolonial como o Brasil.

a demagogia de ajuda à reconstrução do Rio Grande do Sul deve resultar em realocamento de despesas ligadas já a investimento, como o previsto para o PAC. Não se mexerá nos juros da Dívida, assim como se manterão os juros altos para atrair o capital especulativo, aumentando, com isso a mesma Dívida, num ciclo infundável.

A “tragédia” do Rio Grande do Sul revela, por sua vez, como os governos abandonaram qualquer política de investimento em infraestrutura de prevenção de catástrofes ambientais. O Ministério das Cidades teve um orçamento pífio em 2024, de R\$ 21 bilhões, e quando veio o bloqueio de R\$ 2,9 bilhões foi o que mais perdeu, mais de R\$ 700 milhões. Quando se olham para os números dos governos estaduais e municipais, direcionados para evitar as catástrofes, a situação só piora. Não há planejamento urbano, não há preservação ambiental, não há prevenção aos eventos previstos com semanas de antecedência, não há manutenção e ampliação de mecanismos de combate às enchentes.

A população mais pobre paga pelo descaso e pela política de morte dos governos. A falta de moradias, as moradias irregulares, as ocupações em áreas de risco, etc. pioram o problema. Nenhuma política, seja do governo federal, estadual ou municipal, pode responder ao problema geral da habitação. Nenhum governo burguês pode de fato ter políticas de preservação ambiental, quando a especulação imobiliária, o uso irracional do solo pelo agronegócio e a ocupação desenfreada de áreas urbanas

constituem a essência do capitalismo, sobretudo, em um país atrasado e semicolonial como o Brasil. A proximidade das eleições municipais deve, porém, fazer crescer a demagogia sobre a preservação ambiental e sobre as responsabilidades dos envolvidos. O governo federal quer utilizar sua “ajuda” como vitrine dos candidatos da frente ampla burguesa. A oposição ultradireitista pode estar recuada no atual momento, mas conta com uma base social ampla na classe média cada vez mais endividada e, como os mais pobres, enfrentando a inflação dos alimentos, que continua a crescer mês após mês.

A chantagem eleitoral que o governo apresenta falsifica as relações. A maioria das esquerdas apresenta como necessidade irrecusável a derrota eleitoral da extrema-direita (caracterizada de “fascismo”), em todos os níveis de governo e parlamento. Sobre essa premissa, apontam a necessidade de apoiar eleitoralmente, como objetivo máximo, os candidatos da Frente Ampla que sustentam o governo burguês de Lula/Alckmin, na qual a esquerda comparece subordinada à direita burguesa considerada “não-fascista”, ou “democrática”. De maneira mais simples, “derrotar o fascismo” e “defender a democracia” seria igual a eleger candidatos governistas. E, para isso valer, tudo deve estar subordinado. As reivindicações mais sentidas das massas são anuladas, porque a luta de massa por elas poderia dificultar a eleição dos candidatos mal chamados de “progressistas”, ao amedrontar a classe média com a luta de classes. As organizações de massa (centrais sindicais, sindicatos, UNE, MST, etc.) são transformadas em aparatos eleitorais e antigreves. Mesmo quando as bases demonstram fortes tendências de luta, as direções manipulam as assembleias para que não haja greves, ou então, que as greves sejam mantidas isoladas ou desviadas da luta nas ruas para as pressões parlamentares.

Nem mesmo o genocídio dos palestinos pelo sionismo e imperialismo estadunidense em Gaza é capaz de mudar essa linha. O governo Lula condena somente nas palavras o genocídio, mas mantém as relações com o estado sionista, inclusive reestabeleceu o embaixador brasileiro em Israel. Da parte das organizações de massa, não há uma

ampla campanha para estrangular o Estado assassino de Israel e defender os palestinos massacrados. Limitam-se as denúncias às redes sociais. Não se organizam as assembleias nas fábricas e demais locais de trabalho para discutir e deliberar as ações coletivas contra o genocídio, que passam necessariamente pelas exigências ao governo burguês de Lula/Alckmin pela ruptura de todas as relações com Israel.

O combate pela conquista das reivindicações mais sentidas das massas, que hoje também se colocam mundialmente ao lado dos palestinos contra o sionismo, tem de se enfrentar com a burguesia nacional e seus governos, de direita ou de esquerda, e fundamentalmente se chocar com o imperialismo e suas políticas impostas para sustentar o parasitismo financeiro e aumentar a superexploração do trabalho assalariado. O ataque centralizado da burguesia e de seus governos deve ser respondido de forma centralizada e unitária pelas massas oprimidas, com seus métodos próprios de luta e com total independência de classe.

Não se combate realmente a extrema direita anulando as reivindicações e se unindo eleitoralmente à direita “democrática” burguesa. É a correlação de forças da luta de classes que permite enfrentar a tendência geral, mundial, da burguesia e de seus governos – de direita ou de esquerda –, da sua democracia burguesa, de ataques violentos às condições de vida e trabalho das massas. Todo governo burguês estará a serviço de despejar o peso da crise capitalista, geral e cada vez mais profunda, sobre os ombros das massas oprimidas. É a partir da defesa de suas necessidades mais imediatas, com os métodos da luta de classes, e sob a estratégia de poder de seu governo próprio, erguido a partir de suas organizações independentes, construído por meio da revolução proletária, da destruição do poder capitalista, de seu estado burguês, que as tendências de luta se elevarão ao ponto de esmagar a extrema-direita e a burguesia no seu conjunto. A fusão concreta do programa do proletariado com o movimento revolucionário das massas permitirá que a vitória esteja nas mãos dos explorados, derrotando os exploradores e todas as suas formas e aparatos de opressão e repressão. ●

A real defesa dos oprimidos afetados pela enchente no Sul é por meio da luta de classes

As mortes e desaparecimentos de centenas de pessoas no estado do Rio Grande do Sul, assim como a destruição da maior parte de sua produção agrária, e afetando pelo menos 80% de suas indústrias, causadas pela maior enchente da História, ocuparam o centro das atenções no País. Os governos e parlamentares procuraram imediatamente ocultar suas responsabilidades sobre as consequências da destruição. Empresas de comunicação, bancos, indústrias, comércio, ofereceram links para doações em dinheiro, supostamente aos necessitados. As massas reagiram com forte solidariedade. A burguesia e seus governos se empenham em afirmar que a causa da destruição e mortes é a catástrofe natural.

As mudanças climáticas têm afetado o mundo todo. As enchentes, grandes secas, incêndios, recordes de temperatura se propagam. Dentre as causas que levam a esses fenômenos, estão a saturação da atmosfera por gigantescas quantidades de poluentes (produzidas pela grande indústria, pelo transporte e pelo agronegócio), as grandes e numerosas queimadas e derrubadas de árvores (voltadas para extrativismo de madeira, exploração mineral ou produção de carne), e as todas as políticas protecionistas das potências imperialistas, responsáveis pela quase totalidade da poluição mundial por 2 séculos.

O capitalismo jamais foi capaz de preservar a natureza. Na fase de industrialização, a poluição foi um fenômeno totalmente ignorado, assumido como efeito colateral necessário para o desenvolvimento das potências. Na fase imperialista, de decomposição do capitalismo, a poluição atingiu seu auge, e teve ainda o impulso causado pela reconcentração de mercados e capitais ocorrida nos períodos seguintes às duas grandes guerras mundiais, especialmente depois da Segunda. Somente no final do século XX é que foram organizados encontros de cúpula para tratar do clima, diante das previsões científicas da iminente possibilidade de o planeta se tornar inabitável em poucas décadas.



Viu-se também como as pessoas de maior poder aquisitivo, com moradia em melhores condições, foram resgatadas antes dos mais pobres e de moradas mais distantes. Até mesmo os animais de estimação dos mais ricos foram prioridade em relação às pessoas mais pobres.

Com o capitalismo em decomposição, e esgotado o período de recomposição das forças produtivas do pós-guerra, as políticas chamadas de ambientalistas passaram a configurar mais um campo de investimento e lucro para os capitalistas. Criou-se o discurso do “desenvolvimento sustentável”, que é a exploração dos recursos naturais com apelo ambientalista. A chamada “proteção do meio ambiente” passou a ser mais uma fonte de ganhos. A comercialização de mercadorias “produzidas” com supostos métodos “eco-sustentáveis”, permitiram aos capitalistas aumentar os preços de venda em relação a outras mercadorias semelhantes. Os negócios ao redor das certificações deram um salto. Viraram uma fonte de lucros adicionais, ao receberem financiamento e subsídios dos estados pelas “práticas” respeitadas do meio-ambiente. Os chamados “fundos verdes” da União Europeia serviram a esse propósito, bem como para controlar recursos naturais sob a farsa de sua proteção, financiando governos, a exemplo do Brasil, para “proteger” a Amazônia. Campanhas foram realizadas para ampliar mercado de consumo

adequado a essas mercadorias. As fatias orçamentárias destinadas a obras ambientais e de enfrentamento de catástrofes serviram bem à corrupção parlamentar e enriquecimento de empresas certificadas em “boas práticas eco-ambientais”.

Mas as metas de redução de poluição não foram alcançadas. Ao contrário, apesar de alguns passos na redução de emissões, a produção de petróleo e seus derivados tem crescido mundialmente. O papel estratégico da Rússia como grande produtor de energia não se abalou com as sanções impostas pelos EUA e Europa sob o pretexto da guerra na Ucrânia.

Os efeitos da poluição sobre o clima são sentidos no mundo todo. No Brasil, o calor recorde nos últimos 11 meses, e as chuvas que caem em muitas vezes seu volume normal, causam perdas de vidas, de moradias, de produção industrial e agrícola. Em outros países, há também grandes inundações, secas, calor e frio extremos. O mundo está afetado completamente pelas mudanças climáticas. O que é diferente, e muito, são as consequências em cada país, bem como as ações de prevenção e combate



aos eventos. Também é bem diferente a ação governamental quando se trata de gente de posse e de gente pobre.

A tecnologia de prevenção dos impactos dos eventos climáticos se desenvolveu muito nas últimas décadas. Há países que fazem chover na medida do necessário (como os Emirados Árabes Unidos, embora tenham enfrentado enchente recentemente). A reconstrução de moradias em locais diferentes, ou a melhora substantiva dos locais atuais é feita no Japão (terremotos e maremotos), e na China (enchentes, deslizamentos). As previsões de tempestades ou de furacões dá uma margem de ação para a prevenção de danos às vidas humanas. Mas também são utilizadas conforme os interesses de classe dos governos. Basta ver a destruição da cidade de Nova Orleans, há alguns anos, nos Estados Unidos, e que agiram de forma bem diferente em localidades de maior poder econômico, quando foram vítimas de furacões.

No caso do Rio Grande do Sul, as fortes chuvas foram previstas. Mas nada foi feito para combatê-las, ou a suas consequências. A situação é tão dramática que é possível que se torne em inviável a ocupação de alguns bairros e cidades no Estado, diante a demora das cheias e da possibilidade de repetição sistemática do fenômeno. O governo federal destinou R\$ 5 mil para cada família que teve sua moradia destruída. Certamente, uma verba insuficiente para a efetiva reconstrução.

No Congresso Nacional, há pelo menos 25 projetos de lei e 3 emendas constitucionais que propõem anistia para desmatadores, redução de reserva legal da Amazônia, redução da fiscalização ambiental, facilitação da grilagem de terras e licenciamento autodeclaratório. Cerca de 500 pontos contra inundações foram cortados do Código Ambiental do Rio Grande do Sul pelo governador Eduardo Leite. A Prefeitura de Porto Alegre não gastou nem mesmo um real dos R\$ 428 milhões destinados a prevenção de enchentes em 2023. Foi noticiado que a maior parte das bombas de água para combater as cheias nas ruas de Porto Alegre, e seu muro de contenção, com portas de aço deslizantes, na sua maioria com defeito, estão há muitos anos sem manutenção. Esses dados mostram como a responsabilidade pelas consequências das enchentes recai sobre os governos e parlamentos. O “estado mínimo”, defendido pelos políticos de direita, leva à inação do Estado para enfrentar catástrofes como as enchentes.

Viu-se também como as pessoas de maior poder aquisitivo, com moradia em melhores condições, foram resgatadas antes dos mais pobres e de moradas mais distantes. Até mesmo os animais de estimação dos mais ricos foram prioridade em relação às pessoas mais pobres. O que evidencia que até mesmo a ajuda precária do governo e exército deixou os mais pobres de lado, houve resgates três semanas depois das primeiras enchentes. Quanto à precariedade da resposta governamental, basta ver que produtores de arroz tiveram de levar suas bombas d'água para ajudar na sucção de locais afetados.

O governo estadual renegociou suas dívidas com o federal, ganhando 3 anos de suspensão de pagamentos e juros zerados. O governo federal enviou mais de R\$ 50 bilhões ao Sul, que vão ficar fora do almejado equilíbrio fiscal. Durante as semanas seguidas de cheias, não faltaram aqueles que indicaram seus números de PIX para que se fizessem doações. Meios de Comunicação, entidades assistenciais, empresas e particulares, todos se dispondo a receber dinheiro para ajudar os atingidos pelas cheias.

As massas reagiram às consequências das enchentes com ampla solidariedade. A tal ponto que o governador do Rio Grande do Sul chegou ao ponto de

pedir para que parassem de enviar alimentos, porque isso quebraria o comércio local. Sua preocupação ficou evidente: a prioridade é tudo aquilo que rende dinheiro, e não a fome dos atingidos.

As organizações das massas (sindicatos, etc.) passaram a agir em colaboração com o assistencialismo governamental. Ou seja, abriram postos de arrecadação de alimentos, roupas, etc. Aderiram às respostas da burguesia e de seus governos às enchentes. O assistencialismo é uma das bases da colaboração de classes. Embora a atitude das massas, de solidariedade e esforço em ajudar as vítimas das enchentes, seja progressivo, esses esforços, quando manejados pela burguesia e seus governos, servem para beneficiar os exploradores, que tiram todo proveito possível da situação. São tantos os meios que usam para tirar esse proveito, que basta ver as vantagens fiscais que conseguem obter os arrecadadores de doações, e os desvios do todo arrecadado e das verbas públicas pelos políticos burgueses ou aburguesados, para se ter uma noção da canalhice a que chega a classe dominante, que se locupleta até por cima dos cadáveres e da miséria dos atingidos pelas enchentes.

A resposta independente dos atingidos (referimo-nos aos assalariados e suas famílias) passa pela organização de um movimento coletivo, de uma mobilização que se organize a partir das exigências e reivindicações que expressam as suas reais necessidades. Organizar as assembleias populares em bairros afetados, discutir e deliberar as reivindicações e os métodos de luta para conquistá-las. Apontar os governos como grandes responsáveis pela tragédia, e impor a eles um plano de medidas contra as enchentes. Exigir um plano de obras públicas orientado a resolver os problemas mais urgentes da população e de meios e infraestrutura de prevenção, sob controle dos trabalhadores e da população. Garantir os empregos e salários dos trabalhadores, se necessário, por meio da ocupação de fábrica e controle operário da produção. A organização independente das massas e de sua mobilização por meio da luta de classes deve canalizar as energias dos que apoiam os atingidos pelas enchentes para uma saída que imponha a derrota à burguesia e seus governos, os que são de fato responsáveis pela tragédia. ●

Greve da educação federal segue firme Arrancar as reivindicações com os atos, as passeatas, os bloqueios

“

...

É preciso ganhar a população, revelando que, por trás da greve, está a luta contra o Arcabouço fiscal, que congela o salário do funcionalismo, reduz o orçamento dos serviços sociais, e ameaça áreas como Educação e Saúde.



A greve da educação federal passou por uma grande prova, neste mês de maio, quando o governo anunciou uma contraproposta no dia 15. Pela proposta do governo, mantém-se o zero de reajuste para 2024, os 9% para 2025 e os 3,5% para 2026, com mudanças pontuais nos planos de carreira dos docentes dos institutos e das universidades. Segundo o governo, essa seria a “última” proposta que deveria ser assinada no dia 27 de maio, com “quaisquer” entidades, isto é, podendo ocorrer o acordo até com entidades governistas, como o minoritário Proifes, e não o ANDES-SN, no caso das universidades.

O movimento não aceitou a chantagem do governo. As universidades em greve realizaram as rodadas de assembleias e mantiveram a greve, rejeitando a contraproposta. Nos institutos federais, a categoria massivamente em greve também rejeitou a proposta e o fim das negociações.

A FASUBRA, que representa os técnicos das universidades, também a rejeitou, e indicou sua decepção com a última reunião específica, que ignora a reivindicação central de reestruturação da carreira.

No dia 22 de maio, ocorreu uma grande manifestação em Brasília, em que protagonizaram a atividade os docentes e os técnicos da educação federal, mostrando a disposição de luta das categorias e a necessidade de dar visibilidade ao movimento grevista. Esse é o caminho para colocar o governo contra a parede, aumentando a pressão social, por meio de atos, passeatas, bloqueios de avenidas, rodovias, que tornem mais pública a greve que, como sempre, sofre com o silêncio da grande mídia burguesa. É preciso ganhar a população, revelando que, por trás da greve, está a luta contra o Arcabouço fiscal, que congela o salário do funcionalismo, reduz o orçamento dos serviços sociais, e

ameaça áreas como Educação e Saúde.

O governo mantém o reajuste zero, porque está preso à promessa da meta fiscal de déficit zero no orçamento, não quer criar, portanto, mais despesas obrigatórias e, com isso, pôr em risco a já ameaçada meta fiscal, que precisou ser reajustada para baixo em 2025 e 2026. O governo da Frente Ampla burguesa quer comparecer como “responsável”, quando o que faz é preservar os lucros do grande capital financeiro, que já vai levar R\$ 700 bilhões em juros no presente ano, e quer mais, quer avançar sobre os serviços sociais e atacar os direitos e os salários dos servidores públicos. Contra a política pró-imperialista, de sustento da Dívida Pública, é que a greve da educação federal se lança. Deveria contar com outros setores do funcionalismo público federal, como a do setor dos trabalhadores da Previdência e assistência social, de áreas da Saúde, da

Ciência etc., mas o governo, na maior parte das direções, impediu um movimento unitário de todo o funcionalismo. Sabemos, no entanto, que o governismo também está no seio do movimento da educação federal, porque os petistas (e mesmo setores dos psolistas) têm atuado ativamente, para impedir ou esvaziar a greve, com o discurso de que a luta contra esse governo burguês, de Lula/Alckmin, abrirá as portas para o retorno da extrema-direita. Enganam os trabalhadores, ao associar a luta por melhores condições de trabalho, por salário e direitos, ao fortalecimento da oposição burguesa, quando o que pode, de fato, combater a direita fascistizante é a luta nas ruas, por emprego, salário e direitos. É que estão tão metidos na política burguesa, que a “esquerda” democrática abandonou a luta de classes e seus métodos para alimentar apenas a crença nos métodos judiciais e nas negociações parlamentares.

Desacreditam a luta coletiva e os métodos próprios do proletariado, transpostos para a luta do funcionalismo. Apresentam, na atual greve, um elemento reacionário, que precisa ser combatido.

A perspectiva para o movimento não é, no entanto, das melhores. Sem a greve do funcionalismo em geral, o movimento, como dissemos, precisa se apoiar em sua expressão coletiva e massiva, enchendo as avenidas das principais cidades do país, para ganhar visibilidade e, assim, pressionar o governo. O dia 22 de maio deu um exemplo que deve

ser seguido em novos atos massivos em capitais. Os sindicatos devem usar toda a sua força e estrutura para garantir que mais atos nacionais ocorram. É possível arrancar o reajuste salarial e os demais itens das pautas em jogo, se continuarmos em atividade e em mobilização permanentes. A greve em várias universidades estaduais (Minas Gerais, Ceará e Pará) pelo país revela que é possível ampliar a mobilização, criar a unidade dos grevistas e ganhar as ruas.

As greves na UEPA, UECE, UVA, URCA, UEMG assim como mobilizações em vá-

rios outros estados, mostra que existe uma política em comum, que perpassa todas as esferas, e que busca arrancar os salários do funcionalismo, atacar os serviços públicos, em especial a educação superior, e sustentar o parasitismo das Dívidas públicas. A greve da educação federal potencializa as greves estaduais, e pode se apoiar nelas para ampliar a mobilização em cada estado. Vivemos um momento de ascenso das lutas no setor, que precisa ser utilizado para arrancar as reivindicações, defender os serviços e os servidores públicos. ●

Toda força à greve da Educação federal!

Toda força à greve das universidades estaduais!

Ampliar e dar unidade ao movimento grevista por meio da ação direta, das passeatas, dos atos, dos bloqueios de avenidas e rodovias! Ganhar as ruas e a população para enfrentar os governos!

"Marcha a Brasília" - comício governista eleitoreiro e subordinado às negociatas parlamentares

A Marcha a Brasília das centrais sindicais, no dia 22/05, começou e acabou como um comício governista. Antes da mobilização, o chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e a ministra em exercício do Ministério das Mulheres, Maria Helena Guarezi, falaram perante os trabalhadores, em uma "plenária" organizada pelas direções. Os ministros parabenizaram os sindicatos e os convocaram a defender a democracia, e levar a "Pauta da Classe Trabalhadora" (não a PEC 32/Reforma Administrativa, redução da jornada sem redução de salários, valorização do salário mínimo, isonomia salarial entre homens e mulheres, redução de impostos sobre os assalariados e aumento às grandes fortunas etc.) ao Congresso.

As direções governistas pretendem pressionar o Congresso e o Judiciário para que adotem políticas e aprovem medidas favoráveis aos trabalhadores. Com esse objetivo,

apresentaram as "Agenda Legislativa" e "Agenda Jurídica", para facilitar o "diálogo contínuo" entre o estado e os assalariados.

A "Pauta da Classe Trabalhadora" não passa de um "dossiê" de reivindicações rebaixadas que, sendo atendida qualquer delas pelo governo, poderá ser apresentada como uma "vitória" pelos burocratas, para assim desmontar ou abortar greves. Essa é a forma dos burocratas, de posarem interessados na defesa de suas bases e, ao mesmo tempo, oferecer uma saída ao governo, para não afetar sua política econômica, e manter as organizações subordinadas aos objetivos eleitorais mais imediatos. É por isso que, apesar dos profundos ataques às condições de vida e da crescente disposição das bases a se defenderem, as direções fazem de tudo para não organizar movimentos e greves que possam romper a política de congelamento salarial e de repasses, visando a preservar a meta do superávit fiscal que drena recursos dos serviços sociais públicos para

pagar a dívida e sustentar assim o parasitismo financeiro.

Os trabalhadores são traídos pelas burocracias, em nome da governabilidade de Lula/Alckmin. Não é por acaso que estiveram ausentes as reivindicações que nos levam a nos chocarmos com sua política antinacional e antipopular. A estatização dos sindicatos é um câncer que os corrompe e transforma em agências do governo, em instrumentos de seus ataques. Esse câncer precisa ser removido pelas bases, para que seus organismos de frente única se organizem independente dos governos burgueses, e defendam suas reivindicações e direitos com a ação direta. Essa tarefa começará a ser resolvida quando a vanguarda com consciência de classe se organize e lute junto das bases para tornar os sindicatos em independentes dos governos e para projetar suas reivindicações e métodos de luta próprios, os aproximando da política revolucionária, ao darem passos firmes pelo caminho da luta de classes. ●



UNIDADE CLASSISTA, COMBATIVA E INDEPENDENTE

Manifesto Marcha dos Trabalhadores(as)**MARCHA A BRASÍLIA ESTÁ CONDICIONADA À SUBMISSÃO DAS CENTRAIS E SINDICATOS AO GOVERNO LULA/ALCKMIN**

A Marcha dos Trabalhadores(as) a Brasília, que será realizada em 22/05, foi deliberada no Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), ocorrido em outubro de 2023, tendo como bandeira principal a luta por “*democracia e justiça*”, apontando seu caráter eleitoreiro e de submissão ao governo burguês de Lula/Alckmin, a partir da premissa dessas direções sindicais de que esse é um governo em disputa.

A mobilização, segundo a direção da CUT, serve para apresentar ao presidente Lula e ao Congresso Nacional “*uma agenda que garanta o pleno emprego, melhores salários, e desenvolvimento econômico e social para o país*”. O que na prática, sabemos bem, que o objetivo dessas direções petistas e seus seguidores (PSOL/PCdoB, etc.) é o de manifestar apoio à governabilidade de Lula, fazendo demagogia com as exigências de revogação “*das medidas anti povo, adotadas por Michel Temer e Jair Bolsonaro, como a reforma trabalhista, a lei da terceirização e a Reforma da Previdência*”.

A CNTE e seus sindicatos filiados levantam ainda as bandeiras de “*defesa do emprego e de melhores salários, e contra qualquer tentativa de retomada da PEC nº 32, que dispõe sobre a reforma administrativa; contra as terceirizações e privatizações, em defesa dos serviços e dos servidores públicos, e em defesa da educação e dos seus profissionais*”.

No entanto, essas mesmas direções, a exemplo do SINPEEM e APEOESP, nas suas bases atuam como muro de contenção da luta de classes, abortando a disposição de luta dos trabalhadores, como ocorreu na última greve do funcionalismo municipal de São Paulo, e na traição da burocracia sindical da APEOESP, que vem impedindo a deflagração da greve contra as mais de 40 mil demissões de professores por Tarcísio/Republicanos, e pelas demais reivindicações, desviando a luta direta para a pressão parlamentar, onde se aproveitam para lançar suas candidaturas ao parlamento burguês. Neste sentido, caracterizamos essa marcha a Brasília, que procura arrastar as lutas reais dos trabalhadores para uma manobra distracionista das direções sindicais pró-governo, na tentativa de iludir os trabalhadores de que é preciso ajudar a Lula a governar, pressionando o congresso nacional, em meio ao calendário eleitoral nos municípios, que se aproxima.

Apesar desse caráter eleitoreiro e governista, é importante ressaltar que essa mobilização acontece quando as greves das federais entram em um momento decisivo. Participação da marcha, os sindicatos que dirigem as diversas categorias em greve, e que são parte essencial do funcionamento da Educação. De fato, a manifestação poderia ser um grande ato em defesa das reivindicações dos grevistas, e para exigir do governo aumentar imediatamente os salários, para compensar as perdas acumuladas. Para isso, os grevistas e as bases deveriam organizar ocupações de prédios e convocar os demais trabalhadores da educação a uma paralisação nacional em todos os setores da educação, para que se rompa com a política de congelamento dos repasses e fim dos ataques à carreira do funcionalismo, ameaçada pela Reforma Administrativa em curso. O que significaria transformar a marcha em um combate direto à política econômica do governo, para arrancar

orçamento e salários que garantam as condições elementares de estudo e do ensino público.

Para dar um passo nesse caminho, é necessário fortalecer a greve das universidades e dos institutos federais de imediato, de modo que possa arrancar suas reivindicações elementares, como reajuste para 2024, até agora negado pelo governo, mesmo em sua última contraproposta. O movimento grevista não deve subordinar-se às migalhas que o governo oferece. É preciso romper o Arcabouço fiscal, que exige diminuição do orçamento para a educação, que impõe reajuste zero, e que deve impor mais bloqueios orçamentários para os serviços públicos.

Os trabalhadores em greve e o conjunto do funcionalismo devem rejeitar qualquer manobra para impor os ajustes salariais parciais, corporativos e rebaixados, bem como combater a tentativa de restringir sua luta a uma base de manobra eleitoral dos candidatos da frente ampla burguesa, a mesma que retira seus direitos, rebaixa seus salários e os empurra cada vez mais para a precarização do trabalho e das condições de ensino.

A greve das federais está em andamento e ainda está forte, paralisando a maioria das universidades e institutos federais. É o momento para arrancar um aumento real dos salários para todas as categorias, aprofundando as medidas de força, projetando o movimento para fora dos muros das universidades e institutos. Trata-se de defender a continuidade e unidade dos grevistas em defesa do aumento real dos salários para todos, e imediato repasse dos valores orçamentários ajustados ao aumento da inflação e das necessidades das universidades, institutos, etc. Não é momento de aceitar migalhas, nem de eleitoralismo vergonhoso, mas de arrancar as reivindicações das categorias em greve, radicalizando o movimento e unificando as pautas de reivindicações para impedir se enfraqueça a luta! ●

FOLHET

Inviabilidade da


DEMOCRACIA BURGUESA

“ Nas semicolônias assim como nas metrópoles, o fascismo e a democracia são duas manifestações da ditadura de classe da burguesia ”

Adquira com nossos militantes!

76 ANOS DA NAKBA - SP

Em ato massivo, ganha projeção a consigna que o governo Lula rompa todos os acordos com o estado de Israel

 **Em São Paulo**, 5 mil pessoas marcharam pelo 76 anos da Nakba, primeiro episódio do genocídio dos palestinos, e que continua até hoje. Diferentemente de atos anteriores, houve desta vez uma consigna unânime – ruptura de todas as relações do Brasil com Israel –, que indicou um avanço da Frente Palestina pelo caminho da delimitação e separação da demagogia do governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin, que choraminga pelas mortes dos mais de 40 mil palestinos e denuncia o genocídio, mas não rompe, definitiva e totalmente, com o sionismo.

Em todo o mundo, os estudantes ocuparam centenas de universidades, exigindo o fim do genocídio e o desinvestimento de suas instituições nas empresas e universidades israelenses. Manifestações pró-Palestina se espalharam por toda a Europa, África, Ásia e América Latina. A radicalização dos movimentos e sua crescente pressão sobre os governos os obrigam a posar de democráticos e preocupados com os massacres, e tomar medidas demagógicas, a exemplo da suspensão do contrato do exército brasileiro para compra de viaturas e obuseiros israelenses. Bélgica, Irlanda e Espanha impuseram embargos ao envio de material bélico a Israel pela ofensiva em Rafah. Espanha e Bélgica proibiram a entrada em seus portos de navios que carreguem armas com destino a Israel. Cambridge foi a primeira cidade da Inglaterra a aprovar uma exigência de um cessar-fogo e fim das vendas de armas do país para Israel. Noruega, Irlanda e Espanha aprovaram a criação do Estado palestino e sua inclusão na ONU. Bélgica e Turquia se somaram à iniciativa da África do Sul para que a Corte Internacional de Justiça (CIJ) processe Israel por genocídio. A Turquia rompeu as relações comerciais com o estado sionista. As universidades vêm tomando decisões pelo desinvestimento em empresas e instituições cúmplices do genocídio. Os governos fazem isso porque temem que os movimentos se radicalizem ainda mais, abrindo caminho a medidas mais radicalizadas (greves, bloqueios etc.), que acabem estrangulando a economia e a

maquinaria bélica de Israel.

A contradição entre o massivo (e crescente) apoio popular aos palestinos, com a política dos governos de continuarem a ser cúmplices do genocídio – alimentando as armas e tanques com recursos que vêm dos negócios e acordos –, se manifestou no ato em São Paulo, pela exigência unânime de toda a marcha para que Lula rompa, imediatamente, todas as relações e acordos entre o Brasil e Israel. Os partidos e correntes governistas, que têm sido muito cuidadosos em preservar a imagem de Lula como “liderança” mundial na luta contra o genocídio, sequer se animaram a sair em defesa da suspensão do contrato. Porém, permanece o problema fundamental da ausência da classe operária organizada, com o objetivo de atacar as bases econômicas de Israel em nosso país.

A negativa das direções dos sindicatos e organizações populares em convocarem assembleias gerais, onde as bases discutam e votem medidas práticas em defesa dos palestinos, organizando bloqueios de avenidas, ocupações de fábricas e paralisando o envio de petróleo para Israel, acaba favorecendo o governo burguês de Lula/Alckmin para manobrar com a suspensão temporária do contrato de compra de armas israelenses, permitindo que seja retomado, mais à frente.

A consigna “Palestina livre do rio ao mar” tem muita importância por defender objetivamente a constituição de um Estado palestino em todo seu território histórico, sem sionismo. Trata-se agora de travar a luta no interior dos movimentos e sindicatos para que a classe operária assuma essa tarefa com seus próprios métodos, estrangulando o sionismo em nosso país, e retomando o exemplo internacionalista dos operários belgas, gregos, indianos e espanhóis, que atingiram a maquinaria bélica sionista, e dessa forma ajudaram a dar um passo objetivo na tarefa da derrota do sionismo. É a luta de classes e a unidade das massas oprimidas mundiais que abrirá o caminho para os palestinos conquistarem sua autodeterminação, que virá da constituição da Palestina una e socialista, livre do rio ao mar. ●

Fala do PPRI no ato

15 de maio de 1948. São 76 anos que a Palestina grita! A Palestina grita por ser expulsa de suas casas, pela morte de centenas de milhares de palestinos que resistiram. Ela grita, pelas 20 mil crianças que morreram agora pelas mãos do governo de Netanyahu, cumprindo os interesses dos Estados Unidos e do imperialismo mundial. A Palestina passou décadas para ser ouvida pelos governos, pela classe operária e pelos demais oprimidos no mundo todo. Hoje, com tanta gente morta, com Israel massacrando inclusive refugiados, usando fome e sede com armas de guerra.

Apesar disso, os governos da maioria dos países continuam alimentando com dinheiro, com os acordos, com o comércio, o estado sionista de Israel, que massacra os palestinos. Mas, a classe operária, os oprimidos e a juventude do mundo todo, ouviram o grito da Palestina! Ouviram o grito da Palestina e foram às fábricas, fecharam fábrica na Inglaterra, bloquearam o envio de armas nos portos de vários países da Europa. Os estudantes acamparam nos EUA. E, aqui no Brasil, nós vamos nos contentar apenas com discurso? Não! Temos de mobilizar, parar as fábricas, bloquear as avenidas, ocupar prédios... exigir total ruptura de relações!

É com a luta de classes aqui e em todo o mundo que nós vamos conquistar, não só o cessar-fogo momentâneo, mas o fim do genocídio, o fim do estado genocida e sionista de Israel. E vamos conquistar isso por meio da luta de classes, por meio da revolução proletária, pela revolução socialista!

As massas estão no caminho certo. Nós temos de impulsionar esse caminho. O Partido Proletário Revolucionário Internacionalista está aqui para ajudar a impulsionar essa luta. ●

76 anos de contínua Nakba (catástrofe) palestina

Os trabalhadores e a juventude oprimida no mundo todo avançam na luta unitária pelo fim do genocídio dos palestinos

Unir forças para impor a derrota total do sionismo e do imperialismo com a luta de classes!

Manifesto PPRI - 15 de maio de 2024

Há 76 anos, 750 mil palestinos foram expulsos de suas terras e milhões foram forçados ao exílio. Centenas de cidades e povoados foram apagados do mapa. Milhares de homens, mulheres e crianças palestinos foram massacrados. Desde 7 de outubro de 2023, são mais de 35 mil os massacrados pelo sionismo – a maioria mulheres e crianças. Milhares estão desaparecidos sob os escombros, ou foram executados pelas forças israelenses. São também milhares os prisioneiros e os torturados, bem como centenas de milhares os que vivem sob permanente discriminação e perseguição. Gaza é um campo de extermínio, e a Cisjordânia, um gueto, onde são corriqueiros os pogroms contra palestinos. Moradias, hospitais, escolas, universidades, etc. foram reduzidos a pó. Jornalistas e voluntários humanitários foram massacrados. Milhões fogem dos bombardeios e são massacrados a caminho dos campos de refugiados, e até mesmo dentro deles. Colunas de famintos que procuram pela ajuda humanitária viram alvo de franco-atiradores, aviões, drones e tanques. Colonos sionistas, incitados pelo exército israelense, destroem comboios de alimentos e de medicamentos e equipamentos de saúde, condenando assim à morte milhares de palestinos, por inanição ou por doenças, e pela falta de tratamentos básicos. Após destruir quase toda Gaza, Rafah virou agora alvo de uma nova ofensiva dos genocidas. Mais de um milhão e meio de palestinos não têm mais para onde fugir. O último “bastião seguro” da região virou um novo campo de concentração palestino.

Assistimos à maior operação de limpeza étnica deste século, só comparável ao holocausto judeu perpetrado pelos

nazistas. Nazismo e sionismo estão emparelhados pelos objetivos econômicos de suas respectivas burguesias. Mas, também compartilham dos mesmos fundamentos racistas e chauvinistas que os acobertam, para apresentar o genocídio sob máscaras raciais, religiosas ou culturais. A Alemanha nazista justificou o genocídio dos judeus por trás da retórica da “pureza racial” do povo ariano, considerado mais elevado cultural e socialmente, e do direito das raças superiores a utilizar de seus recursos, riquezas e territórios em defesa dos “valores ocidentais”. O direito à existência do estado de Israel tem as mesmas raízes ideológicas racistas dos nazistas. O sionismo quer fazer do Estado de Israel a “única” e legítima representação dos judeus e do judaísmo. Assim, institucionaliza-se o genocídio, porque “está em jogo” o direito dos judeus à existência, considerados uma “raça superior” em relação aos palestinos, considerados pelo sionismo menos que humanos, quase animais. O sionismo recorre a argumentos ideológicos análogos ao nazismo para justificar a colonização e a posse pela força da Palestina. Por isso, desumanizam os palestinos ao tratá-los como menos que animais, e recorrer aos mesmos métodos do extermínio.

Enquanto a burguesia alemã não ameaçava diretamente os interesses das burguesias imperialistas de outros países, eles fechavam as portas à imigração judia. Foram cúmplices do genocídio que se implementava, ao impedirem milhões de judeus de fugirem. Mas, tudo mudou, quando se deflagrou a disputa bélica por mercados e colônias. A discriminação racial sobre judeus, que os imperialistas norte-americanos, ingleses e francês praticavam,

A “solução final” do sionismo para o que chamam de “problema palestino” é a limpeza étnica completa dos palestinos, para tomar posse de territórios e concentrar a exploração de recursos naturais em favor da burguesia imperialista e sionista. A apropriação de terras, a limpeza étnica, o terrorismo de Estado e o extermínio marcam com sangue a opressão nacional sobre os palestinos, desde a Nakba até hoje.

foi momentaneamente deixada de lado, em função da vitória de uma fração da burguesia imperialista sobre a outra. Os governos das potências imperialistas anteriormente vencedoras, hoje, fecham as portas aos palestinos, os discriminam e os amontoam em campos de refugiados, garantindo seu extermínio pelos sionistas, como fizeram também no passado com os judeus.

A “solução final” do sionismo para o que chamam de “problema palestino” é a limpeza étnica completa dos palestinos, para tomar posse de territórios e concentrar a exploração de recursos naturais em favor da burguesia imperialista e sionista. A apropriação de terras, a limpeza étnica, o terrorismo de Estado e o extermínio marcam com



sangue a opressão nacional sobre os palestinos, desde a Nakba até hoje.

De nada adianta exigir à ONU, à Corte Internacional de Justiça ou ao Tribunal Penal Internacional que condenem e punam os genocidas. O imperialismo controla as instituições, e dita o que é ou não é genocídio, em função de seus interesses econômicos e geopolíticos. Aborta qualquer reposta dos governos que exigem o fim do genocídio e que se implementem os boicotes aprovados contra Israel. Esses organismos são nulos para a luta dos palestinos e demais oprimidos do mundo todo.

As condições mundiais para impor o fim do genocídio e do sionismo são hoje muito mais favoráveis que no passado. Os palestinos contam com a ajuda direta da resistência das forças libanesas e houthis, e com a ruptura comercial da Turquia com Israel. Mas, fundamentalmente, das massas exploradas e oprimidas do mundo todo, que cavaram sua trincheira de luta junto à dos palestinos pelo objetivo da derrota do sionismo e a completa libertação da Palestina, do rio ao mar. Contam com a mobilização da classe operária, que já demonstrou ser capaz de estrangu-

lar econômica e militarmente o sionismo, ao boicotar e paralisar o envio de armamentos e suprimentos para Israel nos portos e aeroportos de Bélgica, Espanha, Grécia, Índia, etc. E desmontar uma fábrica inteira de armamentos na Inglaterra. O problema é que essa ação não foi estendida e adotada massivamente pelos operários franceses, ingleses e norte-americanos.

A classe operária e os palestinos pagam pela submissão e pela paralisia das direções políticas e sindicais, que se negam a organizar os operários junto aos demais oprimidos, para estrangular a maquinaria bélica imperialista e sionista. Pagam ainda pelas traições da burocracia estalinista, mais interessada na convivência pacífica com o imperialismo que na derrota dele e na ajuda às nações e aos povos oprimidos. Mas, apesar disso, o instinto das massas as empurra a superar os obstáculos e a realizar medidas de força para frear o genocídio na Palestina. Assistimos ao maior levante unitário das massas exploradas e oprimidas e da juventude que convergem ao redor de um objetivo e luta unitária. Por isso, é preciso reunir em uma só força a ação das massas exploradas ao redor do objetivo prático do estrangulamento econômico, político, militar e diplomático do sionismo. Por isso, **é preciso organizar a luta unitária das massas em cada país para impor aos governos a imediata ruptura de todos os acordos com Israel.**

Essa tendência instintiva e unitária das massas que ocupam universidades, instituições, realizam manifestações, enfrentam a repressão e paralisam indústrias, portos e aeroportos, atingindo a base material de existência do sionismo genocida, é o que apavora a burguesia e seus governos. Não são capazes de dissolvê-las e contê-las. E, sob pressão dos movimentos e das ações radicalizadas, que crescem e espalham “preocupações” pelos atos “contrários aos direitos humanos”, perpetrados por Israel. Receoso de uma revolta em seu país, o governo egípcio apoiou a África do Sul, em seu processo na CIJ, pela condenação de Israel por genocídio. Centenas de universidades do mundo todo rompem ou suspendem relações com instituições e empresas de Israel. Espanha, Irlanda, Bélgica etc. estudam impor sanções e embargo de armas.

Aqui, no Brasil, o governo suspendeu a compra de obuseiros e viaturas blindadas.

A suspensão, no entanto, é uma medida dos governos e instituições para evitar a ruptura definitiva de relações com Israel, e por isso constitui uma promessa de retomada futura dessas mesmas relações, nas condições de um cessar fogo mais duradouro.. Significa que se retomarão futuramente os acordos, sem que os palestinos conquistem seu objetivo histórico de constituir um estado uno, livre do sionismo, do rio ao mar. Garante assim o direito de existência de Israel, que nada mais é que deixar em pé as raízes e instrumento do contínuo genocídio e limpeza étnica que começou em 1948. É um distracionismo para amenizar a luta das massas contra o genocídio. É por tudo isso que não devemos colocar como bandeira dos nossos movimentos a suspensão de acordos, e sim a ruptura total de relações. Se os governos apenas suspendem esses acordos sob a pressão das massas, é preciso mantê-los sob a pressão, para que conquistem a ruptura.

Para derrotar o sionismo e a ofensiva repressiva da burguesia contra as massas que se erguem contra o genocídio, e enfrentam seus governos cúmplices dos massacres, se faz necessário avançar a unidade de ação frentista entre os trabalhadores e a juventude para impor as reivindicações com a luta de classes. Está nas mãos das massas organizadas, recorrendo a seus próprios métodos, impor o fim do genocídio e ajudar na derrota militar dos carneiros de palestinos. É assim que as massas mundiais darão passos para derrotar seus governos e ajudarão os palestinos a vingarem os milhões de vidas palestinas ceifadas, destruindo o estado sionista e constituindo um estado Palestino uno e socialista, do rio ao mar.

A política proletária deve ajudar em que a luta das massas nacionais e mundiais possa convergir ao redor de um programa, reivindicações, objetivos e métodos comuns, para assim avançar na luta revolucionária, a partir das reivindicações colocadas pelas massas em luta. Em meio dessa luta se forjará a direção revolucionária, unindo a luta pelo fim do genocídio à luta contra a burguesia mundial. ●

Repúdio aos massacres e ao terrorismo sionista sobre palestinos mobiliza milhares em São Paulo

Após o ato massivo de dia 15 de maio, pelos 76 anos de genocídio na Palestina, um novo ato foi convocado pela Frente Palestina, para denunciar um novo crime e ato de genocídio. O massacre desfechado contra um campo de refugiados palestinos, que assassinou dezenas de civis – a maioria mulheres e crianças, queimadas vivas ou decepadas – demonstrou que a violência sionista não tem quaisquer limites, apesar do promotor-chefe do Tribunal Penal Internacional (TPI) decretar a prisão contra Netanyahu e Gallat, e da Corte Internacional de Justiça (CIJ) exigir cessar-fogo imediato.

Cada vez mais, o estado genocida de Israel está isolado, e crescem as manifestações de massas no mundo todo, em favor dos palestinos e contra o sionismo. Na Itália, foram bloqueadas ferrovias, exigindo do governo que corte relações com os sionistas. No Canadá, em Madri, na França, dezenas de milhares de manifestantes ocupam estações ferroviárias, fazem boicotes e continuam a ocupar universidades, exigindo fim do genocídio e ruptura de relações entre seus estados e Israel. Sob forte pressão dos

movimentos, governos e universidades são obrigados a suspender relações, e impor embargos ao envio de armas (Bélgica e Espanha, por exemplo). Porém, a maioria dos governos continua financiando e armando os sionistas. É por isso que as capacidades militares dos genocidas não foram ainda comprometidas.

Aqui em nosso país, o proletariado e demais oprimidos não estão presentes de forma organizada nas mobilizações, e ainda não agiram com toda sua força coletiva para ajudar na derrota do sionismo. Isso é responsabilidade das direções governistas, que se negam a organizar suas bases para paralisar fábricas, ocupar avenidas e rodovias, bloquear portos e aeroportos, freando o envio de insumos (como petróleo), e pressionando com a ação direta o governo, para que rompa todos os acordos existentes entre o país com Israel.

O governo burguês de Lula/Alckmin não fez nada que possa efetivamente estrangular as bases econômicas dos sionistas genocidas em nosso país. Isso o torna em cúmplice, por inação e omissão. Não é com discursos e manifestações – apesar de terem alguma importância – que se



freia a violência reacionária e genocida. Mas, sim, com a violência revolucionária das massas. Os atos têm avançado na defesa da ruptura total dos laços e acordos que unem Brasil e Israel. Agora, devem ser mais um ponto de apoio para a organização de um trabalho no interior dos sindicatos, para organizar um dia nacional de paralisações, bloqueios, ocupações e ocupações de ruas, para que a classe operária e demais oprimidos saiam da paralisia que lhes é imposta pelos petistas e aliados, e com sua força coletiva ajudem os palestinos a derrotarem o sionismo e imponham ao governo inconsequente e demagógico a ruptura total com Israel. ●

Fala do PPRI no ato

Nós estamos aqui, poucos dias depois de diversas ocorrências de violência. Nós assistimos à violência da destruição física de crianças, de mulheres, queimadas por mísseis, por bombas israelenses, quando estavam refugiadas no campo onde poucas pessoas aguentam viver naquelas condições. Nós vimos também, de outro lado, manifestações jogando bombas contra a embaixada de Israel no México, ocupação de ferrovias, na Itália, para impedir que os insumos

cheguem aos genocidas de Israel para massacrar os palestinos.

São duas formas de violência opostas. Uma, a do Estado genocida de Israel, é a violência reacionária, é a violência que tem por trás o imperialismo, que despeja sua violência em toda parte, principalmente, nos países pobres para arrancar-lhes seu sangue. De outro lado, nós temos a violência revolucionária das massas, uma

violência progressiva, de resistência, de resposta à violência que eles sofrem – que todos nós sofremos – pelas atrocidades cometidas pelo imperialismo.

A violência revolucionária está avançando no mundo! Vai enfrentar o imperialismo em toda parte, como já está enfrentando. Esse é o caminho que vai colocar abaixo o imperialismo, e vai colocar para cima os que sofrem, os oprimidos, e nós vamos

chegar a uma revolução socialista mundial, que vai acabar com toda forma de opressão e todas as guerras.

Viva a luta dos palestinos, que abre caminho para as massas do mundo inteiro! Viva a Palestina livre! Fim do estado genocida de Israel! Toda a força aos países que rompem todas as relações econômicas para estrangular o sionismo e impor o cessar-fogo já! ●

Diante dos ataques do governo de extrema direita, os professores e professoras de São Paulo foram derrotados pela sua própria direção

Na Assembleia da Apeoesp de 24/05, a direção burocrática manobrou mais uma vez, para quebrar a disposição de luta dos professores, e impor seu calendário que, de forma escancarada, leva à traição dos interesses da categoria, e colabora e se subordina ao governo Tarcísio/Feder e suas políticas. A ação burocrática para impedir a greve de professoras e professores a qualquer custo, no que contou com a colaboração da maioria das correntes da Oposição Combativa, é que levou a categoria à derrota. O governo reacionário se fortaleceu e impulsionou suas políticas, sem ter de reprimir qualquer movimento dos professores.

UMA TRAJETÓRIA DE TRAIÇÃO E BLOQUEIO ÀS TENDÊNCIAS DE LUTA

Desde o início do ano, a burocracia aplica sua política de contenção das lutas dos professores. Isso desde a primeira assembleia, em janeiro, quando o governo soltou o resultado do concurso público, e já impôs a demissão de mais de 40 mil professores. A direção chamou uma assembleia apenas com os professores contratados, assimilando o divisionismo que o governo impõe aos professores há quase duas décadas. Nessa assembleia, a burocracia impôs a manobra de votar sua pauta extremamente rebaixada mesmo antes do debate, com a bandeira genérica de que “se o governo não respeitar os direitos, o ano letivo não começará”, para, em seguida, entrar com uma comissão de professores na Secretaria, para falar com o subsecretário sobre a atribuição de aulas e os problemas do concurso, ignorando completamente o problema dos 40 mil professores que foram jogados na rua, por conta do fim dos contratos e pela aplicação do resultado e classificação do concurso, que usou o macete da videoaula para colocar mais de 100 mil professores como reprovados.

A segunda assembleia foi definida pela burocracia somente para 8 de março. Mais uma vez, a burocracia ignorou os 40 mil demitidos, permitindo que o ano letivo começasse com essas demissões. A bravata de que o ano leti-

vo não começaria caiu por terra. Quando a direção burocrática percebeu que o burocrata Claudio Fonseca, do SIMPEEM (sindicato dos professores da capital), convocava assembleia para esse mesmo dia, de forma autoritária e para impedir a unidade entre os professores do município e da rede estadual, jogou a assembleia para o dia 15 de março. Nessa assembleia, a burocracia, juntamente com a maioria da Oposição Combativa (OC), se recusou a chamar a greve imediatamente, ou tomar qualquer medida de resistência, contra as dezenas de milhares de demissões e os demais problemas da categoria. Nesse momento, a OC se juntou à burocracia, em sua traição, de não votar a greve pela defesa dos empregos da categoria O. A burocracia, percebendo a disposição de luta dos professores, e na perspectiva de quebrá-la, jogou a assembleia seguinte para o dia 26 de abril. A maioria da OC, sem se desvencilhar da política da burocracia, fez sua proposta de assembleia para o dia 05 de abril. Como podemos ver, ambas as propostas somente se diferenciavam em algumas semanas, mas as duas propostas levavam à admissão da atribuição de aulas sem os 40 mil demitidos da categoria O. E ignoravam que naquele momento era preciso defender a greve em unidade com os professores do município e com os funcionários das universidades federais, que lutavam contra o arrocho salarial imposto pelo governo Lula.

No dia 26 de abril, percebendo que a assembleia seria grande e que a disposição de luta se mantinha e se ampliava, por conta dos ataques sistêmicos do governo Tarcísio/Feder, a burocracia, já no conselho estadual de representantes (CER), defendeu a “greve das plataformas”, num calendário oposto à greve presencial da categoria. Ao chegar na assembleia, percebeu que esta era a maior dos últimos anos, com aproximadamente 10 mil professores, que já no início gritavam pela “greve já, greve já, greve já”. Essa direção, em mais uma de suas manobras, impôs a votação do calendário com a sua greve digital, antes do debate das correntes.

A votação, apesar de apertada, ao que tudo indica, se deu pela greve presencial. Avançando em sua manobra, a burocracia repetiu a votação depois de mais uma rodada de defesas. Dessa vez, no desespero, mas consciente de seu controle, escalou as lideranças da antiga oposição, que estão à frente das principais subsedes da capital e da grande São Paulo, para defenderem contra a greve. A manobra era para convencer os professores da capital e grande São Paulo, que sempre foram mais aguerridos, a votarem contra a greve. Os traidores chegaram ao ponto de fazer uso do terrorismo de estado contra a categoria, dizendo que, se houvesse greve, os professores contratados seriam demitidos. Nessa segunda votação, por uma margem pequena, passou a greve dos aplicativos, de 14 a 24 de maio, contra a greve presencial imediata.

//

...

A ação burocrática para impedir a greve de professoras e professores a qualquer custo, no que contou com a colaboração da maioria das correntes da Oposição Combativa, é que levou a categoria à derrota.

No CER que aconteceu no dia 24, antes da assembleia, a direção, com mais algumas de suas manobras para isolar o movimento, agiu para quebrar a disposição de luta, pois não fez qualquer esforço para construir a assembleia, se sentiu à vontade para apresentar sua vasta lista de “reivindicações”, com um chamado de assembleia para setembro. Ao perceber a proposta rebaixada da corrente CST, integrante da OC, com apoio da maioria das correntes da OC, de greve de 48 horas, com a próxima assembleia para o dia 07 de junho, a líder da burocracia Bebel viu a oportunidade de não ter de defender

continua |>

contra a greve, abraçou essa proposta da OC. Conforme já analisamos em outros momentos, isso acontece porque a política eleitoreira e reformista do PT funciona como uma força gravitacional que arrasta essas correntes reformistas e centristas, as quais, pela falta de uma política revolucionária, são arrastadas. Essa proposta é mais uma prova de que esses setores da OC chamaram a greve na assembleia de 26 de abril apenas formalmente, e numa tentativa de conciliação com a proposta de greve/boicote dos aplicativos formulada e defendida pela direção burocrática, sob a pressão da base mobilizada. Essas correntes não se empenharam em organizar e comparecer à plenária da OC do dia 18/05, para discutir e preparar as ações da greve, tão necessária para a categoria. Repetiram a mesma política da assembleia do dia 15/03, quando defenderam um calendário que os colocou em unidade com a burocracia, contra a greve.

greve> A pergunta que fica é a seguinte: como é possível lutar contra as demissões sem a greve?

A terceira assembleia, como prevíamos, foi bastante esvaziada, se comparada com a anterior (26 de abril). A burocracia se aproveitou para dizer que não havia quórum, e impor um ato ao invés de assembleia. O esvaziamento se deve às manobras da burocracia em ir minando a disposição de luta, jogando com o tempo, espaçando o calendário, com as faltas sem reposição. Essa manobra vem gerando desconfiança na categoria. Isso, aliado à falta de trabalho de base por parte da direção e da OC, vem quebrando o movimento. Com relação ao trabalho de base, é importante apontar que, na maioria das sub-sedes, não existem mais as reuniões de representantes (REs). As poucas que existem são virtuais. O governo Dória retirou o direito ao abono de ponto para essas reuniões, e a burocracia nada fez, pois isso se adequa bem à sua política

bleia. Como podemos ver, a burocracia trabalha para quebrar o trabalho de base, esvaziando as assembleias, para impor sua política de colaboração com o governo, e de traição aos interesses da categoria. Ao que tudo indica, essa será a última ação do ano, no segundo semestre, a direção majoritária e a esmagadora maioria das correntes de esquerda estarão mergulhadas nas campanhas eleitorais, levando suas ilusões às massas exploradas, apontando falsamente que, nos marcos do capitalismo decadente, seja possível haver respostas efetivas às necessidades destes.

O que ainda vimos, no final das contas, foi que o governo de extrema direita de Tarcísio não precisou impor uma derrota aos professores e professoras por meio da perseguição ou repressão. A partir da política da direção burocrática, com a qual colaborou a OC, conseguiu ir aplicando suas medidas de ataques às condições de vida e trabalho da categoria, sem resistência. A cada passo que deu, e a direção burocrática se subordinou, conseguiu aprofundar suas políticas de destruição do ensino público. Tarcísio não teve de derrotar a categoria. A direção do sindicato, com apoio da OC, é que a derrotou.

Tarcísio não teve de derrotar a categoria. A direção do sindicato, com apoio da OC, é que a derrotou.

...

Destacamos o papel das correntes do PSOL, que antes faziam parte da Oposição Alternativa. Esses novos burocratas vêm se posicionando como leões de chácara da burocracia. Suas lideranças, em suas falas, têm feito as mesmas provocações pessoais que a burocracia sempre usou contra a oposição, como, por exemplo, dizer que somos meninos sem experiência, que somos lunáticos, que sustentamos a política bolsonarista, que somos contra a democracia necessária ao país, entre outras. Os novos burocratas, criados no terreiro de Bebel, têm tentado impor limites às falas. Segundo um desses novos pelegos, as “correntes de oposição que criticarem a direção devem ter a fala negada”. Nessa última reunião, o mesmo pelego e traidor do grupo MEOB se apoiou nos 4 professores exonados pelo governo recentemente, e que se encontravam na frente da plenária para fazerem a denúncia, para dizer que, se fizermos a greve, seremos demitidos, como aqueles que ali estavam. Mais uma vez buscou aterrorizar a categoria, para que não faça greve. A despolitização é tão grande, que as falas dos demitidos também foram contra a

de afastamento das bases das decisões do sindicato. Na maioria das sub-sedes, também não existem mais, comandos de visitação às escolas. Destruindo o trabalho de base, as assembleias foram ficando cada vez mais esvaziadas, abrindo o caminho para as inúmeras manobras da burocracia, que impõe as saídas individuais, que só têm levado a categoria às inúmeras derrotas. Nesse sentido, o governo fica com o caminho aberto para ampliar os ataques.

O calendário que ficou para o próximo semestre corrobora com a continuação das saídas individuais, saiu a fracassada greve das plataformas, e entrou uma famigerada mobilização de 48h, para os dias 20 e 21 de junho, com ato do funcionalismo no dia 21. Isso indica que a direção já tinha negociado com as direções dos demais sindicatos do funcionalismo essa data, e que somente se aproveitou da proposta de greve de 48 horas da OC para se livrar da defesa da não greve na assembleia, que acabou não se realizando. É importante dizer que a proposta da CST abraçada por Bebel no CER era de greve de 48h e acabou sendo ainda mais rebaixada, pelo esvaziamento da assem-

Essa trajetória de traição e subordinação ao governo de extrema direita e a suas medidas mostram precisamente como essa política não combate de verdade a extrema direita, ao anular as reivindicações e agir contra a mobilização por meio da luta de classes. O contrário é que ocorre. A política da direção sindical e das esquerdas colaborou para que a extrema direita avançasse suas políticas e se fortalecesse.

A CSMGL/PPRI defendeu, tanto no CER como na assembleia, a greve imediata, mostrando que essa é a única via para defender a categoria dos ataques do governo em relação às demissões, ao arrocho salarial, à opressão em torno da platformização e, mais recentemente, a votação na ALESP da ampliação das escolas cívico militares, que serão implementadas nas periferias. Apontamos que, com a colaboração da direção, o governo prepara novos ataques, tais como a privatização da gestão das escolas. Ficou provado que as tendências do fascismo se combatem é com os métodos da luta de classes e com a defesa das necessidades mais sentidas das massas, a partir dos métodos da luta de classes. ●

Assembleia/Ato da Apeoesp - Fala da CSM - GL

Companheiras, companheiros:

Nós estamos vivendo uma situação terrível na Educação, e aqui nós queremos defender que seja votada a greve a partir de hoje, porque a categoria não suporta 40 mil demissões do ano passado para esse, o concurso foi usado para isso; a categoria não suporta 34% de defasagem salarial, mais toda a pressão política que há em torno da questão das plataformas.

E aí, companheiros, nesse sentido, diz a direção, se fala aqui que combate o fascismo, mas historicamente, está na luta de classes, que combater o fascismo é pela defesa das questões mais sentidas dos explorados. É na defesa do emprego! É na defesa dos salários! É na defesa das condições

de trabalho! Isso sim é fazer o combate ao fascismo de Tarcísio, as tendências de fascismo em Tarcísio.

Então, não adianta dizer aqui que combate o fascismo e fazer acordos na Assembleia Legislativa. Não adianta dizer que combate o fascismo e ir para reunião com o sub-sub-secretário, e nada se avança, com relação à pauta de reivindicações dos professores. Não adianta dizer que combate o fascismo, e fazer caravanas eleitoreiras! Porque é isso que está sendo colocado aqui.

A gente está vendo que a direção tenta quebrar a tendência de luta dos trabalhadores da educação, quando se recusou a chamar Assembleia no dia 15 de março, junto com os professores do

município. Os professores da rede federal até hoje estão em greve contra o governo Lula, que impõe o pacote de ajuste fiscal, o Arcabouço Fiscal, para pagar dinheiro para o grande capital.

Então, nesse sentido companheiros, vim defender que essa assembleia vote hoje a greve, e próxima assembleia para dia 7 que vem. E assim nós vamos a dar resposta a todo o fascismo de Tarcísio, e a toda sua tentativa de destruir a escola pública.

É com luta, não é com conciliação! É com luta, não é com pressão jurídica e parlamentar! E a nossa luta é com greve, é com piquetes, é com ocupações! Greve já! ●

Para derrotar o governo Tarcísio e conquistar as reivindicações, só tem um jeito: *Rejeitar a política lenga-lenga, individualista, de pressão parlamentar e judicial da direção da Apeoesp, subordinada às farsas das negociações que impõem ditames imposições do governo!*

APROVAR A GREVE DA CATEGORIA MEDIATAMENTE, IR ÀS RUAS, CONVOCAR TODO O FUNCIONALISMO E A POPULAÇÃO ASSALARIADA!

A “construção de greve” no dia 15/03 e o “boicote” aos aplicativos do dia 26/04 se mostraram manobras para não ter greve! Acabou afundando 40 mil professores no desemprego sem resistência coletiva, e condenou os professores e professoras a responderem individualmente aos ataques!

O governo Tarcísio se empenha em atacar as condições de vida e trabalho dos professores e professoras, continuar com as demissões, avançar no privatismo das gestões escolares, reduzir os recursos orçamentários da educação, e expandir a precarização do trabalho e a privatização. Recentemente, foi aprovado o projeto de lei que transformará inúmeras escolas estaduais em cívico-militares, mais um passo na destruição do ensino. E qual tem sido a resposta da direção da Apeoesp a tudo isso?

Diante da política de demissão da categoria O, por meio da aplicação e classificação pelo concurso de 2023, a diretoria não se colocou pela defesa dos empregos, não combateu o concurso, dividiu a categoria, orientou os Categoria O a preencherem um recurso individual

e a entrarem na Justiça, e adiou a assembleia de 8 de março, de forma a que não se unificasse o movimento com os professores e professoras municipais, que tinham entrado em greve.

Na assembleia do dia 15/03, a direção defendeu contra a greve. Ao fazê-lo, abandonaram a luta pela defesa dos empregos da categoria O. A nova assembleia, para dali a 42 dias, se fez quando os 40 mil professores categoria O estariam na rua, e seria mais difícil sua defesa coletiva, pela greve. A maioria das correntes da Oposição Combativa votou junto com a burocracia pela não greve, se diferenciando apenas na data. Nessa assembleia, a direção propôs uma série de caravanas, voltadas ao eleitoralismo. A maior parte da “oposição combativa”, que se opôs à greve junto à burocracia em 15/03,

organizou plenárias regionais com o mesmo conteúdo eleitoralista. Votar a não greve e abandonar os 40 mil demitidos à própria sorte configurou uma traição à categoria O, que cometeram a direção e a Oposição Combativa.

A categoria demonstrou uma grande tendência de luta. Na assembleia do dia 26 de abril, mesmo com uma fraquíssima campanha de convocação, lotou a Praça da República. A decisão da categoria para entrar em greve se mostrava fortíssima nas bases, apesar da traição do dia 15/03. A direção burocrática, mais uma vez, se colocou contra a greve, defendendo o boicote aos aplicativos. As correntes da oposição combativa defenderam que se votasse antes a greve já. Mas logo se subordinaram ao boicote de aplicativos, mostrando que não estavam

continua →

em oposição ao calendário antigreve da direção burocrática e submissa ao governo Tarcísio.

A aprovação da não greve novamente enfraqueceu a possibilidade de greve da categoria. Mas, não a esgotou completamente. A categoria não foi derrotada na luta, mas traída pela sua direção e por parte da oposição, que se mostrou pouco combativa e muito conciliadora. Existe um rechaço entre setores da base a fazer um boicote individual, que os expõe a perseguições, além de não mudar em nada sua situação salarial e condições de trabalho. O governo continua seus ataques, e não há outra saída que combater com os métodos próprios da luta de classes. Sabemos pela experiência que as ações individuais não vão dobrar o governo, mas sim a ação direta de massas, nas ruas. Essa é a via, inclusive, para arrancar do governo o pagamento dos dias de paralisação para

todos e todas que tiveram o ponto cortado por terem ido à assembleia, e não a via do recurso que não serve para nada, como demonstrou a permanência das 40 mil demissões.

Por isso é que a assembleia deve voltar pela greve imediata, e dessa forma romper com a política de traição da direção e de submissão da oposição combativa que entrega a categoria atada de pés e mãos aos ataques do governo e anula as reivindicações mais sentidas da categoria.

A aprovação da greve imediata terá de derrotar a política da direção burocrática, que atua nos marcos ditados pelo direitista Tarcísio. Puxa a disputa para a via eleitoral/institucional. E a da “oposição combativa” que, por sua vez, está subordinada à política da direção da Apeoesp.

A aprovação da greve na rede estadual da educação poderá estimular que

outros setores atacados pelo governo direitista e privatista de Tarcísio se juntem à luta, como os metroviários, ferroviários, trabalhadores da Sabesp e os que estudam e trabalham nas universidades estaduais. Uma grande luta de massa, nas ruas, afetando a economia, pode ganhar a força necessária para impor a derrota a Tarcísio, e defender as condições de vida e trabalho, do funcionalismo e das massas em geral. ●

Por isso, é preciso levantar bem alto as reivindicações, que permitem unificar toda a categoria para enfrentar o governo Tarcísio com os métodos da luta de classes!



+



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista



ppri4.org



ppri.partido

**CORRENTE SINDICAL
MARXISTA** **Guillermo Lora**

Plenária **Oposição Combativa**
Boletim nº 31 - 18/05/2024

PPRI

Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista

Traição à classe por parte da oposição juntamente à direção burocrática do sindicato, que levou à demissão de 40 mil professores, **mancha definitivamente a Oposição Combativa**

A Oposição Combativa, que se organizou para as eleições da Apeoesp, com muito custo e sem uma firmeza das posições pelas correntes, conseguiu votar um programa que pontualmente colocava a importância da independência de classe em relação aos governos e patrões, a defesa dos professores contratados pela efetivação sem concurso público e o método da luta de classes para unificar os professores em defesa de suas reivindicações. Passadas as eleições, a Oposição Combativa não conseguiu manter a unidade, e a vacilação da maioria das correntes na dificuldade em erguer os professores da base, por meio de plenárias para levar à prática o programa e capaz de deliberar um calendário que pudesse se chocar com a burocracia arrastando essa para a luta, não conseguiu se realizar.

Na última plenária, o questionamento da bandeira de estabilidade sem o concurso público, mesmo frente a 40 mil demitidos, é um exemplo dessa inconsequência de organizar à OC para uma defesa concreta de emprego a todos, demonstrando que, ao não defender nos fatos o emprego a todos e intervir em defesa dos métodos necessários e urgentes para isso, consequentemente também não defenderiam a greve no dia 15/03. A fala de outra professora, informando que em sua regional teve uma reunião de representantes, cheia de professores contratados e desempregados, porém, sem ter os organizados para participar da plenária, mostra que desconsideraram desde o início a disposição de luta das bases, bem como a necessidade de se apoiar nesse setor para fortalecer a organização de um movimento grevista.

Na plenária do dia 09 de março, nós erramos em nos somar à proposta de “construção da greve” e fazemos a autocrítica em não defendermos a greve para a assembleia do dia 15 de março. Depois de nossos debates internos, percebemos o erro, pois era necessário defender o emprego a todos, junto das demais reivindicações, em unidade com os municipais de São Paulo e com os funcionários das universidades federais, em greve também naquele momento. Corrigimos nosso erro já na reunião da oposição, antes do Conselho Estadual, no próprio Conselho e na Assembleia, com a defesa da greve para aquele dia, 15 de março. Nossa defesa se pautou em primeiro lugar no problema dos 40 mil ameaçados de ficar definitivamente desempregados se não se deflagrava imediatamente a greve pela sua reincorporação imediata, e na ne-

cessidade de unidade com os professores municipais, que tinham deflagrado a greve naquela semana, e com os servidores federais que organizavam sua greve. A não defesa da greve (sob o eufemismo de “construir a greve”) naquele dia pelas demais correntes da Oposição Combativa os colocou na mesma política de traição da burocracia, que jogou a assembleia para 26 de abril, com a diferença de duas semanas a menos, mas no mesmo quadro de consolidação das atribuições e efetivação das demissões. A defesa dessas correntes para 05 de abril não alterava em nada a manobra da burocracia, que já tinha trabalhado para quebrar a unidade com os municipais, quando mudou a assembleia do dia 08 de março para o dia 15. Agora, o calendário da burocracia se colocava no sentido de quebrar as tendências de luta dos professores, por meio da divisão entre efetivos e contratados. Uma das correntes da Combativa, nessa mesma assembleia, chegou a defender a unidade, mas sem a greve e com a defesa da assembleia para 05 de abril, que unidade seria essa?

A defesa da não greve na Apeoesp no dia 15 de março levou o movimento a 2 grandes erros: o primeiro, prejudicou a luta dos professores municipais, que foram vítimas das artimanhas do burocrata Claudio Fonseca (SINPEEM), que manteve a greve limitada às pressões parlamentares e se utilizou dela para consolidar as alianças políticas para as eleições municipais, deixando os professores com míseros 2,16% de reajuste, que não repõem nem a inflação. Segundo, deixou o campo aberto para a burocracia da Apeoesp ampliar sua manobra na assembleia seguinte (26 de abril) de novamente bloquear a deflagração de uma greve. A direção, ao perceber uma assembleia grande e com os gritos de greve antes do início das falas, impôs a manobra de votar o calendário com a greve virtual, antes do debate. Ao que tudo indica, a burocracia perdeu para a greve já, por isso pediu uma nova defesa e votação. A falta de empenho em não combater essa manobra da burocracia, e a insistência em conciliar o boicote aos aplicativos (erguido em oposição à greve pela direção) com a greve já, mostrou a formalidade da defesa da greve pela Oposição Combativa. Essa falta de empenho de-

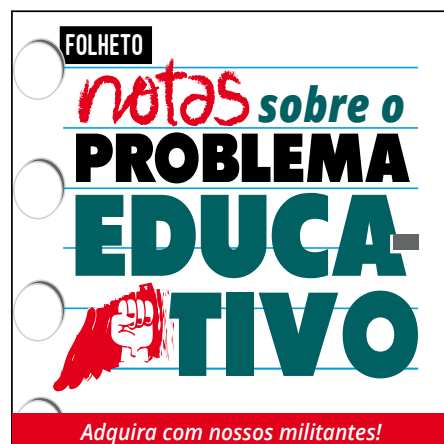
(...) a unidade política da maioria das correntes da Oposição Combativa com a direção burocrática na assembleia do dia 15/3, diferindo apenas na data da assembleia posterior, mas com a traição aos 40 mil da categoria O demitidos, sem nenhuma resistência, assim como o abandono de sua defesa coletiva, configurando uma traição à classe, nos impõe a separação política e organizativa da Oposição Combativa.

corre necessariamente da posição de traição defendida na assembleia anterior, e do fato de que a maioria dessas correntes também estão empenhadas nas eleições como prioridade do momento, e sustentam as ilusões de que é possível nos marcos do capitalismo decadente defender as massas no parlamento burguês. Depois da Assembleia do dia 26/4, a defesa da Oposição Combativa do boicote aos aplicativos, que a direção opunha à greve já, revelou concretamente que a defesa da greve já tinha sido uma formalidade.

A Oposição Combativa já vinha se mostrando politicamente diluída após as eleições, não tendo encontrado um caminho de unidade na defesa de posições nos atos e assembleias. Mas a unidade política da maioria das correntes da Oposição Combativa com a direção burocrática na assembleia do dia 15/3, diferindo apenas na data da assembleia posterior, mas com a traição aos 40 mil da categoria O demitidos, sem nenhuma resistência, assim como o abandono de sua defesa coletiva, configurando uma traição à classe, nos impõe a separação política e organizativa da Oposição Combativa. A defesa formal comum da greve na última Assembleia, já que não houve um trabalho unitário para construir a greve, inclusive com recusa de realizar uma plenária geral anterior à assem-

bleia, o que a levou a construir apenas uma resposta no mesmo campo das caravanas eleitoreiras da diretoria nas regiões. O cenário caótico de ataque aos professores pelo governo tem se aprofundado desde a assembleia do dia 15 de março, e ainda precisa haver uma resposta coletiva e de luta a tudo isso. Que será mais difícil agora, porque a categoria se cansa com as sucessivas assembleias que não organizam a luta coletiva pela greve, e não há mais possibilidade de unidade com os municipais, derrotados pela burocracia do Sinpeem, e que já não se encontravam mais em greve.

A tarefa de erguer uma frente que possa se opor de fato à burocracia da Apeoesp continua a ser uma tarefa da vanguarda com consciência de classe. Procuraremos sempre nos organizarmos, para estar com essa vanguarda. Nesse sentido, vamos manter a unidade frentista - política e organizativa - junto a correntes que não traíram a classe, estão dispostas a defender um programa que esteja pautado na independência de classe, na democracia operária e nos métodos da ação direta. Fundamentalmente, que estejam dispostas a defender os interesses e necessidades mais elementares da categoria em todo e qualquer momento, sem se importar das dificuldades erguidas pela burocracia, tendo por princípio a defesa do emprego salários e direitos de todos. E que combatem as ilusões na democracia burguesa como um obstáculo para organizar a luta direta pelas reivindicações mais sentidas da classe. A partir da luta consequente e intransigente por essas reivindicações da categoria, que possamos fazer avançar na consciência de classe dos explorados para a revolução socialista. ●



Boletim Operário Internacionalista nº 12 – maio 2024

Recap - Mauá

A terceirização deve ser respondida com a luta pela efetivação para todos

A Recap avançou na privatização e na precarização, em vários setores e serviços da empresa. É um negócio muito bom para empresários, mas muito ruim para os operários. As empresas lucram, impondo contratos de trabalho intermitentes, com salários miseráveis e direitos rebaixados ou inexistentes.

É o caso da Engevale, que se aproveita da neces-

sidade dos assalariados levarem o pão às famílias, para obrigar os trabalhadores a aceitarem contratos temporários e retirada de direitos. A Engemox é outra empresa que desgraça os operários na Recap. Na última campanha salarial, ofereceu 2% de aumento nos salários, bem abaixo da inflação, sequer garante hospedagem, transporte ou vale-transporte aos contratados. Muitos operários cami-

nham vários quilômetros para ir trabalhar e assim poupar algo de dinheiro para enviar às famílias que às vezes moram em outras cidades e estados.

Os operários e operárias vivem de vender sua força de trabalho. Por isso, precisam ganhar um salário que seja suficiente para se sustentar e também suas famílias. Para arrancá-los do patronato e poder viver dignamente, com direitos garantidos,

devem organizar-se junto aos efetivos, para lutar e conquistar a imediata efetivação de todos os terceirizados e sua integração ao pessoal efetivo da Petrobras. ●

Para trabalho igual, salário igual e mesmos direitos trabalhistas! Unir as forças para conquistar as reivindicações!

NOTAS HISTÓRICAS

25 de maio de 2020

Assassinato de George Floyd

Há 4 anos, em Minneapolis (EUA), o policial branco Derek Chauvin assassinou o negro George Floyd, asfixiando-o, sem que outros policiais que estavam na abordagem fizessem nada para impedi-lo.

A morte de Floyd levou milhões de manifestantes negros e brancos a se unirem, na maior onda de protestos radicalizados da história recente dos EUA. E constitui um marco ao avanço das tendências de lutas no país, que não se apagaram. Em 2023, houve a greve geral do sindicato de operários de automotriz, a UAW, que acabou derrotando o patronato e o governo Biden, ao impor suas reivindicações. Neste ano, deflagram-se ocupações nas universidades contra o genocídio em Gaza.

As revoltas universitária e operária se chocaram contra o governo democrata, que estudantes e operários ajudaram a eleger contra Trump.

Mas, logo ficou claro que Biden manteria a mesma política anti-operária, anti-popular, racista e belicista que seu antecessor. E que hoje se manifesta concretamente nos ataques contra os estudantes e no apoio à Israel e sua política genocida.

Neste ano, haverá novas eleições gerais. Biden e Trump se enfrentam de novo. Para as massas, nada mudou. Continua a violência, a opressão racial e a cumplicidade com os genocidas dos palestinos. As massas são obrigadas pela experiência a não confiar nos partidos burgueses, e terão de combater qualquer que seja o governo eleito. Apoiando-se na luta de classe e defendendo suas reivindicações próprias, avançarão na independência de classe e na luta revolucionária contra a burguesia. ●

1. Redigido e atualizado sobre a base do texto do OI nº 5, de junho de 2023



5 de junho de 1967 / Guerra dos Seis Dias

Nesse dia, há 57 anos, deflagrou-se a Guerra dos Seis Dias, que colocou Israel contra a Síria, Egito e Jordânia. Em 11 de junho, foi declarado o cessar-fogo, após a derrota das forças militares árabes. A vitória israelense se deu graças ao apoio dos EUA, França e Inglaterra. O imperialismo tinha armado ao exército sionista, e ainda lhe proveu informes de inteligência da disposição das tropas egípcias, sírias e jordanas, permitindo-lhe realizar uma ofensiva relâmpago, que destruiu suas forças aéreas. A ofensiva das FDI, conquistado o controle aéreo total, acabou derrotando os exércitos árabes. Israel tomou posse pela força de milhões de hectares de terras árabes do Egito (Sinai), Jordânia (Cisjordânia) e Síria (Colinas do Golã), dobrando seu tamanho, desde sua criação em 1948.

Os países árabes foram abandonados pela burocracia soviética que os apoiava, quando ela se negou a ajudar ou participar da guerra, e votar pela criação de Israel. Isso permitiu ao sionismo e imperialismo se negarem a devolver os territórios roubados como aprovado pela ONU. Também se negaram a cumprir a promessa de os devolver com o reconhecimento de Israel pelos países árabes. Apenas foi devolvida a Península do Sinai, quando o Egito reconheceu Israel, em 1982. Também foi “devolvida” parte dos territórios da Jordânia. Mas, Gaza e Cisjordânia ficariam sob controle e ocupação sionista até hoje.

A Guerra dos Seis Dias é apresentada pelo sionismo e o imperialismo como uma resposta à “agressão” árabe à con-

solidação do Estado de Israel. Mas, oculta-se que os sionistas estavam expandindo sua colonização desde 1948. De fato, a verdadeira “agressão” foi israelense, e teve seu marco genocida na Nakba. Os países árabes e os palestinos só agiram em legítima defesa, e de acordo com a Carta da ONU. Nos fatos, a atual fase da limpeza étnica e do genocídio sobre os palestinos é a “solução final” planejada pelo sionismo e imperialismo, desde aquele momento, e cujo objetivo é roubar suas terras e explorar seus recursos naturais em favor de suas burguesias.

Não é por acaso que os palestinos e as massas árabes pagam com seu sangue pelas traições da burocracia estalinista que esteve – e ainda está – mais interessada na preservação de seus interesses que em derrotar o imperialismo e ajudar as nações oprimidas. Como no passado, hoje também estão à procura de um acordo com o imperialismo, e se negam a apoiar os palestinos pela derrota do sionismo.

Nas condições em que os oprimidos do mundo todo se levantam e se colocam ao lado dos palestinos, a tarefa histórica da autodeterminação e libertação dos palestinos do sionismo e do imperialismo pode começar a ser realizada, se os operários e os demais oprimidos se unificam por trás da tarefa imediata de estrangular a indústria militar e envio de armamentos para Israel, impondo a ruptura de todos os acordos entre seus governos e o sionismo com os métodos da luta de classes. No decorrer dessa luta, se forjará uma direção revolucionária e se avançará pelo caminho da revolução proletária por toda parte. ●

28 de maio de 1964 / 60 anos de existência da OLP

Em 1948, com a votação da Resolução 181 da então recém-criada ONU, se aprovou o *Plano de Partilha da Palestina*, por 33 votos a favor (57% dos 57 membros à época) contra 13 votos. Após a votação, os países árabes da *Liga dos Estados árabes* (Líbano, Egito, Síria, Iraque, Jordânia, Arábia Saudita, Iêmen, etc.) e uma representação da Palestina aprovaram criar uma organização dos palestinos para lutar contra Israel. Ahmad Shuqueire (libanês) foi eleito responsável de articular as forças palestinas, constituir uma representação política do povo palestino e da resistência armada contra o sionismo.

Em 1964, com a presença do rei Hussein da Jordânia, o 1º Conselho Nacional Palestino (CNP), organização “parlamentar” que continua existindo no exílio, constituiu a Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Yasser Arafat não estava entre os membros fundadores da OLP, nem o atual presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Mahmoud Abbas. Mas, eles estavam entre os fundadores do maior partido “revolucionário” palestino: Al Fatah. A OLP e Al Fatah convergiram na defesa da luta armada, objetivando a destruição do Estado de Israel e a reconstrução da “Palestina histórica”, como território único e indivisível do povo Palestino, com sua capital em Jerusalém. Com a renúncia de Shuqueire, Arafat assumiu o comando da OLP até sua morte, em 29 de outubro de 2004.

O curso histórico da OLP está ligado estreitamente às viradas políticas e diplomáticas de sua direção histórica em relação a Israel. A OLP passou, da luta armada e revolucionária, à conciliação e subserviência diante do imperialismo, e de seus inimigos e opressores sionistas. Sem dúvida, foi decisivo nessa virada, o apoio do imperialismo ao reconhecimento da OLP na ONU, como “única e legítima representante do povo palestino”, em 1974. Mas, também foi marcada pela própria virada dos países árabes para a posição de subserviência ao imperialismo e reconhecimento de Israel.

A OLP e Al Fatah assinaram os “acordos de paz” de Oslo, em

setembro de 1993, em troca da promessa de apoiar a criação de um futuro estado palestino. Al Fatah, assim, se tornou o eixo político e organizativo ao redor do qual o imperialismo conseguiria submeter a maioria das organizações palestinas à “não-agressão” contra Israel, em troca de reconhecimento político, garantindo seu “direito” a administrar e manter o controle administrativo de parte da Palestina. Após 40 anos de criada, a OLP reconheceu o Estado de Israel, e passou a defender a tese dos dois Estados. O que significou trair a luta pelo direito à autodeterminação dos Palestinos porque, enquanto existir o Estado sionista, não haverá como cumprir o programa da “Palestina histórica” única e indivisível, do rio ao mar.

A traição da OLP consolidou a submissão da média e grande burguesia palestina e árabe às imposições imperialistas, em troca de seus direitos de usufruir dos lucros das exportações de petróleo, como lhes prometeram os EUA e aliados. Essa mesma burguesia palestino-árabe é a que hoje negocia com o sangue dos palestinos, para manter os volumosos negócios que continuam enriquecendo-as, à custa de massacres, limpeza étnica e brutal opressão nacional de seus irmãos. A ascensão do Hamas e sua crescente influência entre a juventude palestina preencheu o vazio deixado pelas traições da OLP. E demonstrou na prática que os palestinos nunca abandonaram seu programa histórico. A OLP tornou-se inimiga do Hamas, e sequer convocou novas intifadas perante o genocídio em curso. Objetivamente, se tem transformado em um canal de expressão do imperialismo, das burguesias árabes e do sionismo. Prova disso foi sua recente declaração de que o Hamas seria o culpado pelo início do atual genocídio sobre os palestinos em Gaza, culpando as vítimas pelo próprio massacre.

O Estado palestino “único e indivisível” será o resultado da destruição do estado sionista e da expulsão do imperialismo pela luta das massas oprimidas árabes aliadas à classe operária mundial, sob a estratégia revolucionária da constituição da Palestina una e socialista, livre, do rio ao mar. ●

A direção do Cerqui vai afundando no revisionismo ao negar elementos do marxismo

O jornal Masas boliviano nº 2788 traz em sua capa a seguinte afirmação: *“Aqui, a vasta classe média faminta não joga o papel de amortizadora da luta de classes, apegada à lei e ao protesto pacífico. Pelo contrário, por sua miséria, é uma classe explosiva que recorre às ruas por meio da ação direta para a atenção aos seus problemas. Em seu momento, será a força material que fará possível a revolução social, dirigida pelo proletariado e seu partido.”* Nas duas últimas edições, substituiu a bandeira de “governo operário, camponês e de todos os oprimidos”, que criticamos na última edição de “O Internacionalista”, pela de “governo operário, camponês e das camadas pobres da classe média”.

Quando a direção atual do POR abandona sua fórmula de poder histórica, de 7 décadas, mostra que mergulhou no revisionismo.

Mostra-se uma relação entre a nova bandeira de governo e seus fundamentos. A direção atual do POR considera que a classe média boliviana (pequena burguesia) tem a particularidade de, em seu país, ser essencialmente diferente dessa classe em outros países. Não apenas diferen-

te. Mas cumpre um papel distinto. A miséria do país transformou a classe média boliviana em uma classe explosiva, que não ocupa o papel de amortizadora da luta de classes. Por essa tese, uma classe pode deixar de exercer o papel que lhe é determinado pelas relações econômicas e sociais (possuidora da pequena propriedade privada, aspirante a possuir a grande propriedade), apenas por conta de se ter apropriado dos métodos próprios de luta da classe revolucionária, o proletariado. G. Lora afirmava que um setor de outra classe, não proletária, poderia cumprir circunstancialmente um papel revolucionário, desde que subordinada à direção e política proletárias. Mas jamais negou a tese marxista de que o proletariado é a única classe revolucionária, aquela que é base material, econômica, para transformar a propriedade privada em coletiva.

Um dos fundamentos do marxismo é a tese de que, no capitalismo, o proletariado é a única classe revolucionária, por sua ligação com os meios de produção social. O socialismo é a transformação da propriedade privada dos grandes meios de produção em coletiva, em propriedade social. E isso será feito por aqueles que estão ligados diretamente a esses meios, que são o proletariado.

Quando a atual direção do POR afirma que a classe média boliviana será a “força material que fará possí-

vel a revolução social”, retira do proletariado o papel de força econômica e social da revolução, e transfere à classe média, ou a setores empobrecidos da classe média, esse papel. O proletariado passa a ser dirigente da revolução apenas e tão somente por meio do seu suposto partido, que encabeçará a classe média, essa sim a “força material”, em seu papel revolucionário.

Se a classe média é a força material da revolução socialista na Bolívia, então a fórmula de poder deve expressar essa relação. Daí que se acrescenta à bandeira do “governo operário e camponês” o adendo de “e de todos os oprimidos”, ou “e dos setores empobrecidos da classe média”. É claro que essa “nova” fórmula (já usada por outras correntes do campo do centrismo) não tem mais por base a aliança operário-camponesa, e sim a “força material” da classe média radicalizada, dirigida pelo POR “proletário”.

A fórmula de governo operário e camponês respondia plenamente à caracterização da Bolívia como país capitalista atrasado, semicolonial, de economia combinada, onde o campesinato (sim, um setor da pequena burguesia, mas não a classe média urbana), por ser maioria e por produzir a alimentação do país, tem de constituir uma aliança com o proletariado, classe dirigente da revolução, embora ultraminoritária, para a tomada do poder. O apoio e participação

de setores da classe média depende de ganhá-los para a política proletária, pois não têm política própria, não são “base material” para nada, a não ser para a conciliação de classes ou, em certas circunstâncias, para o fascismo.

Quando a direção atual do POR abandona sua fórmula de poder histórica, de 7 décadas, mostra que mergulhou no revisionismo. O Cerqui não tem como se safar da influência dessa direção, pelo peso histórico do POR boliviano. Suas formulações são ecléticas (a Rússia tem um estado burguês sem burguesia, dirigido por uma burocracia que foi treinada pela burguesia que não existe, e é um país capitalista semicolonial sui generis, com distinção, uma potência regional de interesses capitalistas, que exerce imperialismo, um novo país imperialista, como a China, que surgiram na fase de decomposição do capitalismo, a fase imperialista – apesar das teses de Lenin e Trotsky). Isto para servir à unidade oportunista entre suas seções, em que cada um formula o que quer, e publica o que os demais redigem, e assim se forma uma organização internacional, federativa até a medula. G. Lora tem suas ideias e suas formulações pisoteadas diariamente por essa direção, que ainda o usa como símbolo, negando-lhe todas as teses. Mas isso também não é novidade, o estalinismo fez o mesmo com Lenin durante décadas. ●

Quanto mais *o imperialismo afunda na crise econômica,* mais tem de *impulsionar sua solução pela via das guerras*



O pedido de prisão por “crimes de guerra” contra Netanyahu e Gallant, bem como contra três lideranças do Hamas, emitidas pelo promotor-chefe do Tribunal Penal Internacional (TPI), foi resultado da pressão crescente das massas pelo fim do genocídio, e da heróica resistência das massas palestinas. O desinvestimento de dezenas de universidades em empresas e instituições sionistas; o embargo de armas contra Israel decretado por Espanha e Bélgica; a ruptura das relações comerciais da Turquia com Israel; a queda dos lucros de empresas pelas campanhas de boicote e desinvestimento, se contrapõem efetivamente à maquinaria bélica sionista. As pequenas vitórias conquistadas pelas massas em luta – apesar e contra a repressão dos governos – indicam a possibilidade de avançar na derrota do sionismo e imperialismo. Se a classe operária em cada país pôr em ação prática sua força coletiva, visando a estrangular as bases do sionismo e os lucrativos negócios de armamentos do capital monopolista, um passo firme será dado para ajudar o povo palestino a conquistar a Palestina uma em todos seus territórios históricos, livre de toda opressão e de sionismo, do rio ao mar.

Qualquer derrota do intervencionismo imperialista na Palestina, assim como na Ucrânia, atingirá uma das principais fontes de lucros do capital financeiro e instrumento do colonialismo e opressão nacionais. Isso assombra a burguesia. Ainda que, com a guerra, os lucros dos capitalistas continuem, o retrocesso de suas forças produtivas acabará enfraquecendo suas capacidades militares para impor

uma derrota à China e à Rússia, se se materializar uma guerra aberta com esses países. É nesse sentido que o isolamento do sionismo e o avanço militar da Rússia atrapalham os planos imperialistas, de dar um salto na ofensiva na destruição das propriedades nacionalizadas pelas revoluções, destruição essa que é a única alternativa para a sobrevivência do capitalismo – ainda seja por um breve período de tempo.

As economias imperialistas se desagregam e se mostram incapazes de garantir sequer as condições de vida das massas em seus países. Antes, precisam destruí-las para alimentar o parasitismo da indústria militar e sobre as dívidas públicas dos estados. Todavia, há inúmeros impedimentos a seu objetivo de reconstituir cadeias produtivas e de logística industrial como almejam para superar os avanços verificados na indústria militar dos Estados Operários degenerados na produção de munições convencionais. O ritmo de produção dessas munições, para alcançar uma “paridade” na produção contra a Rússia, exigiria triplicar as capacidades industriais dos EUA e Europa em até dois anos, anos e garantir as matérias-primas essenciais (a exemplo da pólvora) das que têm falta. E é pouco provável que contem com esse tempo, se as tendências bélicas abrirem caminho a um choque militar mundial.

China e Rússia vêm estendendo e ampliando sua integração e projetando sua influência, enquanto os países imperialistas retrocedem. A maior integração industrial interna da China e Rússia, produto da indústria nacionalizada e da centralização dos recursos e das forças produtivas internas, deram

China e Rússia vêm estendendo e ampliando sua integração e projetando sua influência, enquanto os países imperialistas retrocedem.

A maior integração industrial interna da China e Rússia, produto da indústria nacionalizada e da centralização dos recursos e das forças produtivas internas, deram aos Estados operários degenerados uma vantagem, no caso de um cenário de guerra generalizada vir a deflagrar.

aos Estados operários degenerados uma vantagem, no caso de um cenário de guerra generalizada vir a deflagrar.

A China está a caminho de ser a mais bem equipada marinha de guerra, já tendo ultrapassado, em números de barcos e navios, os EUA. Conquistou a tecnologia para a produção em massa de mísseis hipersônicos e, recentemente, a “fronteira tecnologia” básica para produzir seus próprios semicondutores. Seus produtos mais baratos e em massa inundam mercados, deslocando os produtos norte-americanos, europeus e das semicolônias. O gigantesco excedente de valor criado pelo proletariado chinês se reverte no mercado mundial, com montantes por vezes superiores aos dos países imperialistas. A Rússia hoje produz mais munições convencionais que todos os países reunidos no bloco imperialista que a combatem na Ucrânia, e por um quarto de seu valor! Para as particularidades da guerra travada na Ucrânia, a produção e reparação de armamentos convencionais, em volume adequado às necessidades de reposição dos estoques no front, se tem mostrado decisiva no campo de batalha. Essa vantagem da Rússia se dá graças a uma integração mais elevada dos processos

continua →

// **A ligação entre esses fenômenos de profunda barbárie social
... é a decomposição do capitalismo.**



produtivos internos, se comparados à “dispersão” das cadeias produtivas das potências. Maciços investimentos chineses com juros rebaixados, entrega de produtos alimentícios de graça pela Rússia a países africanos, ajuda militar e econômica para desenvolver infraestruturas econômicas básicas em países aliados, etc., são táticas das burocracias para alavancar sua influência e afastar o imperialismo de suas anteriores posições comerciais e militares. E isso acaba agravando as tendências bélicas e os conflitos militares.

O imperialismo impõe barreiras alfandegárias e realiza intervenções militares para frear esses avanços, enquanto procura ampliar suas indústrias, parasitando das riquezas das semicolônias e atacando as massas nas potências. Mas, isso depende de que as massas não se revoltam. O que está longe de ser garantido. É o que demonstra o levante na Nova Caledônia, na França, Inglaterra, e quase todos os países capitalistas envolvidos na guerra da Ucrânia ou no genocídio na Palestina. Na África, ex-colônias de países imperialistas se

aproximam da China e Rússia, retirando, da contabilidade burguesa, riquezas que vêm subsidiando suas indústrias.

Para o capitalismo contornar momentaneamente essa profunda crise e frear conjunturalmente seu retrocesso, tem de atacar militarmente os Estados Operários e destruir profundamente as economias nacionalizadas, enquanto impulsiona a centralização de todos os recursos produtivos e submete à disciplina militar a força de trabalho nas potências e nas semi-colônias. Isto para dar uma sobrevida ao seu esgotamento histórico. A primeira via levaria à guerra direta com Rússia e China, quando sua economia está profundamente debilitada e em retrocesso, sua indústria militar não está nas melhores condições de o fazer; e ainda, a projetar a luta de classes (e a profundas crises revolucionárias).

A indústria capitalista conta com séculos de existência. As conquistas técnicas e produtivas alcançadas garantem aos países imperialistas um poderio bélico que permanece em grande parte inalterado. Mas, a anarquia da produção e a concorrência pelos lucros resultaram no seu atrofamento. Isso não se passa com a indústria nacionalizada, apesar de essa refletir as contradições do mercado mundial, e sofrer da natureza de sua burocracia, que barra sua projeção revolucionária pelo mundo todo. O certo é que a permanência da propriedade nacionalizada e suas demonstradas capacidades de crescer em condições do bloqueio econômico imperialista, apesar das burocracias serem obstáculos a seu livre desenvolvimento, se traduzem hoje

em crescimento econômico e maior produtividade industrial, o que acaba se manifestando como maior força militar na guerra na Ucrânia e maior capacidade de enfrentamento militar ao redor de Taiwan.

Esses são os fundamentos que explicam o agravamento das tendências bélicas, da opressão colonial, do genocídio na Palestina e as crescentes tensões militares ao redor de Taiwan e no Mar da China. A ligação entre esses fenômenos de profunda barbárie social é a decomposição do capitalismo. As manobras imperialistas no campo diplomático, comercial, político etc. procuram “comprar tempo” para evitar um choque com seus “adversários estratégicos” quando não tem garantida superioridade militar e econômica – diferentemente da época da 2ª Guerra Mundial, em que os EUA estavam em ascensão econômica, agora, todas as potências imperialistas se encontram em declínio. As leis objetivas do capitalismo impõem freios a suas manobras. O fato das burocracias buscarem chegar sempre a um acordo que preserve as bases econômicas e fonte de seu poder e ganhos as leva a abandonar os oprimidos à sua própria sorte quando são massacrados, como na Palestina.

As tendências bélicas se nutrem dos processos econômicos mais profundos, e não se irão alterar, até que se imponha a derrota militar e destruição da propriedade nacionalizada da Rússia e China; ou se realiza a Revolução Política nos estados operários degenerados e as massas exploradas e oprimidas dos países imperialistas derrotam suas burguesias, abrindo passagem à transição ao socialismo. A vitória dos sionistas na Palestina e do imperialismo na Ucrânia a empurraria as massas para o caminho do aprofundamento da barbárie. Sua derrota abrirá caminho à luta revolucionária do proletariado e das massas oprimidas no mundo todo e em cada país. A luta pelo fim do capitalismo, pela defesa da propriedade nacionalizada e pela autodeterminação dos povos oprimidos, são a via pela qual se avançará na construção de verdadeiros partidos revolucionários e se ajudará efetivamente as massas oprimidas a obterem vitórias contra seus opressores e algozes. ●

FOLHETO

**Guillermo Lora e a Rússia
EM DEFESA
DAS CONQUISTAS
DA REVOLUÇÃO
PROLETÁRIA**



e da Revolução
Política como
parte da Revolução
Mundial Socialista

Adquirir com nossos militantes!

Haia emite mandados de prisão para Netanyahu e Hamas

Sionistas e líderes do Hamas são acusados de “corresponsáveis” pelo genocídio

Rejeitar a demagogia jurídica da burguesia imperialista! Defender o direito das massas à violência revolucionária!

Netanyahu e Yoav Gallant (Ministro de Defesa de Israel), assim como as três lideranças máximas do Hamas, foram acusados por “crimes de guerra” pelo promotor-chefe Karim Kahn, do Tribunal Penal Internacional (TPI), no dia 20/05. O mandado de prisão pode ser efetivado em qualquer dos 124 países que reconhecem o TPI (Israel e os EUA nunca o fizeram), enquanto se aguarda a decisão dos juízes do TPI que ratifique ou retifique a decisão de Kahn.

Os chefes sionistas são acusados de extermínio, por “usar a fome como método de guerra e por impedir a ajuda humanitária”, como parte de um ataque “generalizado e sistemático contra a população civil palestina”. Segundo Kahn, “Israel privou intencional e sistematicamente a população civil, em todas as partes de Gaza, de objetos indispensáveis à sobrevivência humana”, usando a fome como “método de guerra” visando a “punir coletivamente” a população civil da região. Para o procurador, Israel tem “direito a se defender”, mas, isso não o isenta de “cumprir o direito internacional humanitário ... Independentemente de quaisquer objetivos militares que possa ter, os meios que Israel escolheu para atingi-los em Gaza ... são criminosos”. As lideranças do Hamas são acusadas de extermínio, assassinato, de fazer reféns, tortura e “estupro em prisões” e “violência sexual”, como parte “de um ataque generalizado e sistemático contra a população

civil de Israel pelo Hamas e outros grupos armados”.

Os governos norte-americanos e sionista rejeitaram as acusações contra Netanyahu e Gallant. E disseram que não acatarão a decisão, e acusaram-na de “antisemitismo”, por colocar as lideranças de Hamas e do sionismo “em pé de igualdade”. Em resposta, o Congresso dos EUA ameaçou o TPI com sanções. Avalia-se também recorrer à *Lei de Proteção de Membros do Serviço Americano (Aspa)*, chamada também de “Lei de Invasão de Haia”, sancionada em 2002 por George Bush, que autoriza o presidente dos EUA a usar “todos os meios necessários e apropriados” para libertar norte-americanos ou aliados de prisões de Haia, incluindo o uso da força militar.

Após anunciado o pedido de prisão, Israel bombardeou campos de refugiados em Rafah, massacrando dezenas de famílias, a maioria crianças e mulheres. Os sionistas mostraram com esse ato criminoso que não se importam com o que decreta o TPI e a CIJ, porque seu amo imperialista os protege. Logo depois dos novos massacres, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) decidiu, finalmente, exigir de Israel um cessar-fogo, dando-lhe um mês para “apresentar informes” do que foi feito para garantir essa decisão. Não é necessário aguardar para saber que o sionismo jogou o pedido no lixo.

É muito pouco provável que Netanyahu seja preso ou removido do governo de Israel. Se os juízes do TPI se atreverem a apoiar o pedido



de Kahn, não haverá qualquer efeito prático, porque ninguém tocará nos chefes do sionismo sem que o imperialismo permita. É bem mais fácil para o TPI processar e encarcerar “ditadores africanos”, que já não servem a seus interesses imperialistas ou são aliados de seus “inimigos” estratégicos, como a Rússia ou China. Putin foi indiciado por “crimes de guerra”, mas Zelensky continua como arauto da democracia, apesar de ser corresponsável pelo massacre da população civil no Leste da Ucrânia, perpetrada por agrupamentos nazistas. Sequer saiu dessas instâncias um parecer contra os presidentes norte-americanos, responsáveis pelos massacres na Iugoslávia, Iraque ou Afeganistão. A importância desses supremos “órgãos da justiça” é explicada pela sua dependência econômica dos governos burgueses. O TPI é conformado por gente paga pelo grande capital.

O fato de um organismo da burguesia mundial contrariar conjuntamente seu maior padrão nada tem a ver com aplicação de uma “justiça imparcial”. Se a pressão da luta de classes e isolamento de Israel chegasse ao ponto de “obrigar” o imperialismo a soltar a mão de Netanyahu, a troca

na alta cúpula sionista preservaria o mesmo regime sionista, arquitetado sobre o genocídio, o racismo e o apartheid. Os EUA decidiram também sobre essa “movimentação de peças” junto aos próprios sionistas. O ministro do Gabinete de Guerra, e opositor de Netanyahu nas eleições, Benny Gantz, é tão genocida quanto os acusados. Mas, seria possível aos EUA apoiá-lo, para preservar seu enclave, “sacrificando” a figura mais odiada dentro e fora de Israel. A responsabilização individual pelo genocídio, como se vê, preservaria juridicamente Israel das acusações de genocídio e das sanções decorrentes. A “saída” de Netanyahu poderá, de todo modo, ser apresentada pelos “juristas” do TPI como sinal de “boa vontade” e de mudança na orientação de Israel, e ludibriar assim os palestinos a que continuem na via das negociações que nunca favoreceram os palestinos, mas os sionistas, para colonizar e massacrar os palestinos.

Quanto à simetria jurídica que iguala a responsabilidade no genocídio entre quem o pratica e aquele que é sua vítima, apenas tenta justificar a violência do estado genocida e do povo que coloniza, contra o povo que é colonizado

continua →

e exterminado. E leva transferir parte da culpa do genocídio ao quem o sofre há mais 76 anos. Chega a negar a Carta da ONU, que legitima a violência exercida por um povo colonizado contra seu opressor. Claro que essa carta estava orientada a apoiar movimentos contrarrevolucionários opostos à URSS e prover ajuda militar a movimentos contra governos não aliados. Por isso é que, agora que deveria ser aplicada a um aliado, é impedida de ser levada à prática.

Nenhum desses organismos obteve o aval - nem se lhes permite - ao papel de polícia internacional. Depende por isso dos países membros, para fazer cumprir suas ordens. Nessa situação, Kahm faz o que todo bom burguês faria: igualar a violência revolucionária das massas pela sua libertação à violência contrarrevolucionária do estado que as massacra, e incluir no pedido o direito à "defesa de Israel", o que justifica o genocídio.

É por tudo isso que nenhum apoio ou pingão de confiança das massas pode ser dado às manobras do TPI

e da CIJ, que assistiram de braços cruzados o genocídio por sete meses, e somente decidiram agir quando o sionismo está em perigo, e cresce o movimento de massas pró-Palestina, ameaçando aos governos que apoiam e financiam os massacres e o extermínio. A Autoridade Nacional Palestina (ANP) e a Liga dos Países Árabes servem a essas manobras e ao jogo jurídico farsesco, quando responsabilizaram também o Hamas pelo genocídio, dada a ação de 7 de outubro de 2023. Declaração acompanhada por outra, em que se "decreta" a ANP como a "única e legítima representante" do povo palestino. Fizeram isso sem nada consultar o próprio povo palestino. Favoreceram, portanto, a farsa do TPI na culpabilização de Hamas, e deixaram o caminho livre ao sionismo, para massacrar civis em nome de derrotar o Hamas. Devem ser acusados pelas massas como cúmplices do genocídio.

As relações entre as classes antagônicas se vêm modificando. Setores crescentes da juventude, da classe operária e de judeus anti-sio-

nistas se solidarizam com a luta palestina, exigem a ruptura de relações com Israel e o direito dos palestinos à autodeterminação. Por isso é que seria impensável o TPI ou a CIJ tomar qualquer medida sem que a convulsiva situação da luta de classes os pressionasse a fazê-lo, e ajudando o procurador a posar de "democrático" e "imparcial" em seu julgamento.


O direito das massas à legítima defesa e recorrer à violência nunca deve ser administrada, decidida ou negociada com os assassinos e algozes dos povos e nações oprimidas. A violência revolucionária das massas é a única via para sua emancipação e libertação. Os escravos negros haitianos se libertaram da escravidão e conquistaram sua independência recorrendo à violência de massas, por momentos brutal e sangüinária. O proletariado russo se libertou da exploração capitalista com a violência revolucionária e recorrendo ao "terror vermelho". As massas cubanas conquistaram sua independência nacional com a violência revo-

lucionária e a luta armada. O mesmo se passou no Vietnã, Nicarágua, China etc.

A violência exercida pelos palestinos contra seus algozes deve ser sempre defendida pelos explorados do mundo todo, apesar de que possa adquirir em momentos características bárbaras. Qualquer choramingo pacifista ou democratizante contra a violência exercida pelas massas em luta e pelas suas organizações serve ao sionismo e imperialismo. Agora é a hora também de as massas mundiais não apenas defender a violência das massas palestinas em luta contra o sionismo genocida, assim como a dos houthis, como é a hora de recorrer à violência revolucionária das massas (bloqueio de aeroportos e portos, ocupações de fábricas, destruição de envio de armamentos, etc.) contra governos e empresas, sionistas e imperialistas, em cada um de nossos países, e ajudar na derrota do sionismo para abrir caminho ao programa da Palestina una e socialista - operária e camponesa -, livre do rio ao mar. ●

Aprovado o projeto da **"Lei de Conscientização sobre Antissemitismo"**

Congresso dos EUA criminaliza a luta pró-Palestina: defender as liberdades democráticas com a luta de classes!

 Dias depois de os estudantes dos EUA fazerem os primeiros acampamentos e ocupações de universidades, exigindo o fim do genocídio palestino e o desinvestimento das instituições de ensino em empresas e universidades israelenses, democratas e republicanos apresentaram no Congresso (02/05/24) o projeto de *Lei de Conscientização sobre Antissemitismo*. Aprovada, modificará o código do Departamento de Educação (DOE), que define as punições que correspondem a universidades e escolas por violarem as "normas de conduta" nas instituições de ensino. Quaisquer violações a suas disposições legais levariam o DOE a retirar o financiamento federal às

instituições que se recusassem a reprimir ou punir os envolvidos em manifestações rotuladas pelo governo de "antissionistas".

Segundo o projeto, quaisquer ações militares para garantir "o direito à existência" do estado de Israel são consideradas legítima "autodefesa dos judeus", para preservar seu estado nacional. E a qualquer oposição a esse ou a suas empresas e instituições, será considerado como ato "hostil" contra os judeus e contra o judaísmo. Será legalizada, portanto, a perseguição, espionagem e criminalização dos movimentos, organizações, acadêmicos e intelectuais que se posicionarem contra o genocídio e o Estado de Israel, sob acusação de "an-

tissemitismo". Seu "marco teórico" são as teses da existência de um "novo antissemitismo" - da *Liga Antidifamação* de 1974 - que considera qualquer crítica ao estado de Israel como discriminação para com os judeus, e negação de seu direito à "autodeterminação nacional". Seus fundamentos ideológicos se acham na lei do senador MacArthur - aprovada na segunda metade do século passado - que criou um marco legal para que o FBI, a CIA e outras agências do governo pudessem recorrer a espionagem, perseguição policial e infiltração contra movimentos considerados responsáveis por atividades "anti-estadunidenses". Especialmente contra acadêmicos, cientistas, partidos "suspeitos", etc. de



terem simpatia ou laços com a URSS ou partidos comunistas estrangeiros.

Os judeus antissionistas, ao se colocarem contra o sionismo, portanto, “contra” o estado de Israel, serão alvo da perseguição e criminalização por “antissemitismo”. O jornalista brasileiro Breno Altman é um exemplo disso, sendo perseguido e processado penalmente pela CONIB sionista, por afirmar que o que acontece em Gaza é genocídio e defender o fim do regime sionista. Ilan Pappé, intelectual e catedrático judeu dos EUA, foi detido e interrogado pelo FBI por se pronunciar contra o genocídio. Um dos primeiros estudantes presos nos EUA por “ativismo palestino” foi o presidente da *Vozes Judaicas pela Paz* (JVP) que, morando em Israel, se tornou antissionista, ao lutar contra os despejos de palestinos de Jerusalém Oriental. Judeus antissionistas da França, Inglaterra, Alemanha e outros países também são alvo da repressão e acusações de antissemitismo. Nota-se que o conteúdo e qualificação do crime de antissemitismo não corresponde mais ao ato de discriminação e violência contra judeus por questões raciais, nacionais, culturais ou religiosas; mas pelas posições políticas e ideológicas antissionistas.

Para os nazistas, a “raça ariana” era superior, cultural, social, econômica e racialmente, aos judeus; mas também aos eslavos, aos africanos etc. E se atribuíram o direito de roubar recursos, riquezas e territórios para a preservação dessa superioridade racial, social, cultural e econômica. Na *Lei de Conscientização sobre Antissemitismo*, se associa a existência do estado de Israel com a própria existência judia, reconhecido como a “única” e legítima representação dos judeus e do judaísmo. Com as mesmas bases econômicas (interesses do capital financeiro imperialista), os

mesmos fundamentos ideológicos do nazismo, ainda que sob formas e explicações diferentes, são aplicados agora pelo sionismo, para restringir direitos dos palestinos, por serem considerados cidadãos de “segunda categoria” e representantes de uma “raça inferior”. Como o nazismo, o sionismo justifica a limpeza étnica e a “higienização racial” na Palestina, exterminando a população nativa, e colocando em seu lugar uma estrangeira e alheia à história regional. Daí a semelhança na aplicação de métodos e princípios já utilizados pelo regime de apartheid da África do Sul para oprimir, desumanizar e segregar o povo nativo africano, do qual tinham roubado suas terras.

Os Estados Unidos justificam, na “Lei” aprovada, e introduzem na legislação, fundamentos que objetivam naturalizar o extermínio físico do povo palestino, proteger o estado sionista, e impedir atos e ações das massas que possam vir a travar os negócios da indústria militar. Não se importa com o conteúdo fascista, racista e colonialista com o qual o sionismo justifica os massacres e seu direito a tratar os palestinos como menos que humanos. Biden continua a armar a Ucrânia, país em que grande parte das alavancas do Estado e do exército estão nas mãos de partidos e agrupamentos nazistas. O governo dos EUA apoiará, financiará e armará regimes fascizantes, racistas e colonialistas, desde que seja do interesse dos monopólios e do capital financeiro norte-americanos.

A criminalização dos movimentos pró-Palestina é uma política de todos os governos imperialistas. Nos EUA, são mais de 2 mil presos, entre estudantes e professores. E dezenas de milhares no mundo todo são presos com aplicação de disposições legais semelhantes à *Lei de Conscientização sobre Antissemitismo*. França, Inglaterra, Alemanha etc. reprimem manifestações contra o genocídio e pelo fim das relações comerciais com Israel. Impedem a entrada em seus países de acadêmicos (judeus e não-judeus) antissionistas. Porém, a *Lei de Conscientização sobre Antissemitismo* vai muito além, porque bastará introduzir novas “explicações” jurídicas para estender seu raio de ação a outros povos e nações, para legalizar o genocídio e o terrorismo de estado contra qualquer oposição ao apoio dos EUA a um regime genocida ou contra sua invasão em uma nação oprimida. Seus fundamentos poderão ser aplicados contra sindicatos e movimentos. Trata-se, portanto, de um

avanço em toda a linha no caminho da destruição dos direitos democráticos de organização e livre expressão, de greve e manifestação, de liberdade de pensamento e de cátedra, etc. Em nome da “segurança nacional” e do seu aliado sionista, a burguesia norte-americana impõe – cada vez mais abertamente – um regime antidemocrático, que garante suas liberdades democráticas apenas (e limitadamente) para camadas, classes e movimentos com interesses comuns aos das burguesias imperialistas e suas aliadas.

Na medida em que a crise capitalista se aprofunda, prossegue a destruição da democracia formal e das liberdades democráticas. Esse quadro não irá mudar nas próximas eleições norte-americanas. Trump e Biden irão trocar acusações sobre o perigo à democracia e às liberdades, se seu adversário ganhar. Mas, coincidirão na defesa incondicional de Israel e de sua “existência”, ainda que seja por meio de genocídio. O futuro governo eleito – democrata ou republicano – não irá alterar em nada a política exterior imperialista. E aplicará a *Lei de Conscientização sobre Antissemitismo* contra os movimentos.

Essa situação permite ajudar a revelar diante dos explorados e oprimidos que não há como impor suas reivindicações e defender suas liberdades democráticas e políticas sob o capitalismo sem recorrer aos métodos da luta de classes. Isso demonstraram os estudantes universitários da Irlanda e da Universidade de Brown, de Rhode Island (EUA), que conseguiram arrancar de suas reitorias e congregações o desinvestimento das universidades em empresas e universidades afiliadas ao estado de Israel, ou ligadas ao genocídio em Gaza com as ocupações. E também o demonstraram os operários na Bélgica, Espanha, Índia, Grécia ou Inglaterra, ao impedir o envio de armas a Israel, bloqueando portos e aeroportos, ou impor o fechamento de fábricas subsidiárias das indústrias militares israelenses.

Essas ações mostram o caminho a ser percorrido pelos explorados e oprimidos para estrangular os esforços bélicos do sionismo, e impor aos governos cúmplices a ruptura de todos os acordos e contratos com Israel. É preciso impulsionar essas lutas e ajudá-las a se unirem sob um programa comum em cada país e no mundo todo. Essa tarefa abrirá caminho para a derrota do sionismo e do imperialismo e para a luta revolucionária do proletariado por toda parte. ●

A burguesia e o governo atacam fundo os explorados

Uma versão podada das “Bases e Pontos de Partida para a Liberdade dos Argentinos”, que tinha sido rejeitada em fevereiro, retornou para o debate parlamentar, após o governo negociar com governadores e legisladores inúmeras mudanças, e foi aprovada em geral na Câmara de Deputados. Agora está sendo tratada pelos Senadores, setor em que o governo não conta ainda com maioria, voltando para os deputados para aprovarem as novas mudanças que surgirem.

“

...

Para cumprir a meta de reduzir em até 18% a participação do Estado no PIB em 2025, o governo ultradireitista de Milei terá de impor um violento ajuste e corte de orçamentos. O projeto aprovado pelos deputados dá instrumentos legais e jurídicos ao governo para cumpri-lo, desnacionalizando a economia, privatizando empresas estatais e reduzindo ao mínimo as condições de vida das massas.

Por 142 votos a favor, e 106 contrários, a Liberdade Avança e o PRO conseguiram aprovar uma versão reduzida da “Lei Bases” na Câmara, arrastando a União Cívica Radical (UCR), que votou contra anteriormente. Para isso, o governo liberou os repasses de fundos que tinha congelado para estados em que governa a UCR, garantindo o número de deputados necessários para sua aprovação. A “compra de votos” ajudou o governo, quando se mostrava incapaz de centralizar as instituições, e lhe permite agora levar adiante o objetivo da burguesia de atacar a maioria nacional oprimida, para manter os lucros monopolistas e o parasitismo do

capital financeiro sobre o país.

O projeto aprovado, dentre outros pontos, garante ao governo “faculdades excepcionais” para 1) avançar nas privatizações de empresas públicas, 2) estabelecer um regime de incentivos fiscais que desonera empresas e capitalistas, 3) repor o imposto de renda sobre os salários até então excluídos, e, sobretudo, aplicar 4) as reformas trabalhista e previdenciária, e 5) eliminar o imposto que financia empreendimentos autogeridos por organizações de desempregados independentes do governo.

As “Bases” objetivam fundamentalmente garantir o “superávit fiscal” em momentos recessivos (como atualmente) e de crescimento econômico, objetivando contar com caixa para pagar a Dívida pública. Segundo o governo, se aprovadas, as “Bases” permitirão cumprir o objetivo de reduzir o “gasto público”, em até 25% do PIB, nos próximos cinco anos. Para isso, o “pacto” fiscal entre governo federal e estados deve dar “previsibilidade” ao uso de recursos, como exige o FMI. Por exemplo, a Reforma Tributária reduz a “pressão” impositiva sobre os capitalistas, ao mesmo tempo que “complementa” o déficit resultante dessa desoneração com privatizações e com redução do gasto público, com as reformas previdenciária (privatização e redução dos encargos do Estado) e a trabalhista (demissões, terceirização, rebaixamento de salários, destruição de direitos, etc.).

O FMI FESTEJA E PEDE MAIS AJUSTES

Segundo dados de 2023, o setor público estatal é responsável por 43% do PIB¹ (o crescimento interanual foi de 16%). Na composição dos investimentos/gastos estatais em 2023, 24,8% deles corresponderam ao governo federal, 15% aos estados, e 3,2% às prefeituras. Para cumprir a meta de reduzir em até 18% a participação do Estado no PIB em 2025, o governo ultradireitista de Milei terá de impor um violento ajuste e corte de orçamentos. O projeto aprovado pelos deputados dá instrumentos legais e jurídicos ao governo para cumpri-lo, desnacionalizando a economia,

privatizando empresas estatais e reduzindo ao mínimo as condições de vida das massas.

O FMI parabenizou o governo pela aprovação da “Lei Bases” pelos deputados e, particularmente, por cumprir a meta de superávit fiscal (0,6% no primeiro trimestre), exigida pelo organismo como condição para liberar mais empréstimos. Esse superávit, ainda que pífio, foi arrancado dos assalariados ativos e aposentados, por meio da violenta redução de seus ganhos. E também pela brutal queda do consumo popular (-30%), a demissão de 70 mil funcionários públicos, a paralisação de Obras Públicas e o fechamento de institutos e empresas estatais nas mais diversas áreas, etc. O que o governo tira, de um lado, dos assalariados, aparece como aumento de recursos fiscais do outro, para o capital financeiro parasitá-los. Feito o serviço pelo governo vassalo do imperialismo, o FMI liberou um novo empréstimo de US\$ 800 milhões, e parabenizou o governo pela sua meta de chegar aos 2% de superávit no final de 2024. Para cumpri-la em condições de desagregação econômica, o governo terá de cortar 5% dos gastos e investimentos estatais. O que levará a um ajuste mais violento sobre os assalariados, a congelar repasses aos estados e diminuir subsídios às frações da burguesia que parasitam o Estado, a exemplo das empresas de transportes. Além de aumentar a pressão impositiva sobre setores da pequena e média burguesia, já trucidados pela queda do consumo popular e varejista.

TUDO É FEITO EM BENEFÍCIO DA BURGUESIA

A “Lei Bases” cedeu a soberania dos litígios comerciais à CIADI, tribunal comercial controlado pelo imperialismo. Isso favorece as empresas que exploram recursos naturais ou ocupam posições monopolistas na economia. Há poucos dias, as empresas de produção e transporte de energia foram surpreendidas, com o congelamento dos pagamentos das dívidas do Estado com elas. O governo tentou ludibriá-las, oferecendo “letras de câmbio” do Es-

O superávit é obtido por meio da brutal transferência de recursos dos assalariados e da pequena burguesia para os monopólios e o capital financeiro.

tado, a pagar em 2038, com a redução de 50% do valor total. Os descontentes poderão recorrer ao CIADI. Entretanto, o governo vai compensá-los com a redução dos encargos trabalhistas e dos impostos sobre os lucros (de 35%, para 25%) e bens pessoais (de 3,2%, para 0,25%). Permitir-lhes-á ainda destruir direitos trabalhistas, rebaixar salários, terceirizar e transferir grande parte – ou a totalidade – dos lucros para o exterior, livremente.

O governo ofereceu de bandeja também as privatizações das estatais, a exemplo de Aerolíneas Argentinas (que detém monopólio do transporte aéreo de cargas e passageiros), de tratamento de esgoto e água (que colocaria, em mãos dos monopólios, um mercado gigantesco e cativo), de “monopólios naturais”, do qual dependem dezenas de milhões, mas sua privatização favorecerá o parasitismo capitalista, pela elevação das tarifas e pelos subsídios estatais que continuarão recebendo. Também com esse objetivo, se transferem as obras públicas para exploração privada, o que deixará sem qualquer investimento aquelas regiões e cidades “não rentáveis” para o grande capital. Enquanto a dolarização dos contratos públicos com empresas privadas levarão a elevados lucros, porque “produzem” com base em preços internos (desvalorizados) e “vendem” a preços internacionais.

A PAUPERIZAÇÃO DAS MASSAS EXPLICA O SUPERÁVIT FISCAL

O superávit é obtido por meio da brutal transferência de recursos dos assalariados e da pequena burguesia para os monopólios e o capital financeiro. Este ano, o montante pago em juros da dívida pública (US\$ 3,9 bilhões) equivale ao montante dos cortes em “execução orçamentária” de aposentadorias, salários, empregos, subsídios sociais, etc. Se se levar em conta ainda que o endividamento deu um salto, pela dolarização da economia, e a arrecadação fiscal decresce, fica claro que haverá mais ataques e ajustes para manter seu equivalente em pesos argentinos, fazendo os assalariados mais miseráveis, e os empobrecendo ainda

mais. O que não poderá ser imposto sem recorrer aos métodos repressivos, para impedir e abortar qualquer protesto operário e popular.

No momento em que se debatia a lei entre os deputados, a Justiça federal liberou ordens de “busca e apreensão em sedes de organizações de desempregados ligadas a correntes e partidos de esquerda, e nas casas de suas lideranças, imputando penalmente por coação 28 deles, por “obrigar” seus membros a irem às mobilizações, em troca de manter os subsídios, ou de os extorquir, exigindo “contribuições” obrigatórias (rachadinhas) para transporte, manutenção de locais, etc. Antecedendo essa medida, a redução em até metade dos subsídios sociais, de mais 200 mil desempregados, que realizam tarefas para prefeituras e estados, como limpeza urbana, manutenção de praças e espaços públicos, etc.

A repressão sobre esses movimentos é decisiva para evitar o agravamento dos conflitos sociais e da luta de classes. Milei pretende também eliminar o que chamou de “intermediários” (as organizações), para estabelecer uma dependência direta entre estado e desempregado.

A CENTRALIZAÇÃO DA BURGUESIA TEM DE SER RESPONDIDA COM A CENTRALIZAÇÃO DAS LUTAS

A burguesia está centralizada, ao redor do objetivo de preservar seus negócios, rebaixando e destruindo as condições de vida e trabalho das massas. A mudança das posições de setores econômicos e partidos da burguesia que tinham sido chaves para rejeitar a “Lei Bases”, após o governo garantir seus interesses, favoreceu sua unidade política para atacar o conjunto dos assalariados.

No dia 9 de maio, aconteceu a segunda greve geral, convocada contra o governo de extrema direita de Milei. A paralisação foi massiva em todo o país. Milhões marcharam e fizeram piquetes em inúmeras cidades. A economia nacional e o funcionamento do Estado ficaram imobilizados por 24 horas. Como aconteceu durante a greve das universidades, o “protocolo de segu-

rança” do governo para impedir manifestações e piquetes foi impotente para frear a ação de milhões de trabalhadores organizados.


A massiva resposta dos trabalhadores à convocatória de uma direção traidora, desprestigiada e colaboracionista com os ataques da burguesia e do governo (as direções já aceitaram aumentos rebaixados e destruição de alguns direitos) indicou que a revolta entre as bases cresce e impossibilita que as direções as mantenham imobilizadas. As burocracias pretendem estar à cabeça das massas, para negociar melhor com o patronato e governo acordos que preservem seus interesses de casta, e impor os planos do patronato, evitando que os assalariados avancem na luta de classes, como a que aconteceu em 2000/2001, em situação econômica semelhante, e que acabou expulsando o governo de De la Rúa.

A esmagadora maioria nacional está disposta a paralisar o país, em defesa de suas reivindicações e direitos. Se não vai além, é pelo bloqueio e divisionismo de suas direções sindicais colaboracionistas, que tudo fazem para usar a revolta das bases como campo de manobra para os parlamentares e para os interesses eleitorais do nacionalismo peronista. Mas, as tendências de luta e as reivindicações unitárias permitem avançar na ruptura do bloqueio burocrático e na luta nacional contra o governo e os patrões.

A partir desse objetivo é que se mostra a necessidade e urgência das assembleias gerais e unificadas dos trabalhadores de todos os setores, para construir uma greve geral por tempo indeterminado, e baseada na ação direta e coletiva das massas, para assim derrotar as contrarreformas, o governo e os capitalistas. ●

1. Como referência, a intervenção do estado na economia nos EUA é de 35%, e 50% na França. Nota-se que isso não é um mal dos “governos” comunistas, como pretende fazer crer a ultradireita, mas uma necessidade da burguesia para manter seu parasitismo sobre as riquezas criadas socialmente pelo conjunto dos trabalhadores de um país.

Levante em colônia francesa expõe as tendências de luta contra opressão nacional que marcam a situação mundial

 O arquipélago de Nova Caledônia (Oceania), anexado colonialmente pela França em 1853, encontra-se à beira de uma guerra civil. No dia 13/05, deflagrou-se um levante do povo nativo Kanak, na capital, Numea, e em cidades vizinhas, em rejeição à Reforma eleitoral aprovada pela Assembleia Nacional francesa (por 351 votos contra 153). Prédios, delegacias, fábricas e instituições foram ocupados e saqueados. O governo francês enviou milhares de tropas e policiais para sufocar a revolta; mas, a decisão do povo Kanak é firme, e a repressão não consegue derrotar as manifestações. Por isso, em maio desembarcou nas ilhas o presidente Macron, dizendo que não iria “forçar” a imposição da Reforma, e disposto a abrir um canal de diálogo para chegar a um consenso com os *canaques* (assim chamam-se os nativos Kanak).

As eleições em Nova Caledônia somente elegem deputados para o Parlamento regional. O governo é exercido por um comissário designado a dedo pelo governo francês. Como “província de ultramar” da França, leis e medidas legislativas que sejam aprovadas nas ilhas estão subordinadas às decisões da Assembleia Nacional situada em Paris, a mais de 16,8 mil quilômetros de distância. Em 1998, houve o congelamento do censo eleitoral, após um acordo entre o parlamento

das ilhas e a França. Em troca do acordo, o governo francês ofereceu dar maior autonomia regional ao arquipélago, e prometeu convocar em 2008 um referendo sobre a independência. Até 1998, os nativos constituíam 45% do padrão eleitoral. Com o crescimento demográfico, o acordo deixou fora do direito de voto um entre cada cinco eleitores, dos 270 mil habitantes atuais. Isto afeta, especialmente, a juventude *canaque*, que se têm mostrado favorável à independência nacional perante a França. Se o censo eleitoral fosse retirado, mudaria a correlação de forças em favor dos independentistas, posição da esmagadora maioria Kanak. A Reforma visa a impedir essa mudança, dando direito de voto aos franceses que morem há mais de 10 anos nas ilhas, hoje excluídos. O aumento artificial de eleitores franceses – alinhados aos interesses da burguesia francesa e defensores de manter a colônia atada à França – acabaria impondo, ditatorialmente, uma mudança nas relações eleitorais em favor dos colonialistas.

Os *canaques* caracterizam a Reforma francesa como uma via à “recolonização” do arquipélago, no momento em que as forças pró-independentistas crescem. Apesar de governadas por controle remoto da França, as vias institucionais e as eleições nas ilhas constituíam um bloqueio ao avanço à luta independentista pela via da luta de classes. Se apro-

vada, essas vias democráticas que serviram por tanto tempo à França se veriam comprometidas. O que poderia levar os *canaques* a esgotarem suas ilusões democráticas, e abrir caminho à luta de classes. Eis porque o governo francês tenta abortar os protestos, ainda que deva negociar a Reforma com os Kanak.

que não são instrumentos cegos do colonialismo e imperialismo francês. Mas, sua insuficiência está na ausência de sua direção revolucionária mundial, favorecendo que se imponha a política conciliadora e democratizante dos partidos Kanak colaboracionistas.

No momento em que as massas francesas se

//

No momento em que as massas francesas se solidarizam e se somam ativamente à luta pela libertação da Palestina do sionismo, a luta dos canaques pode ser favorecida em seu objetivo de conquistarem a independência na medida que a vanguarda e os explorados da França levantem a bandeira da autodeterminação de todos os povos oprimidos (...)

Desde a independência de Haiti (1804) e a expulsão da França das ex-colônias de Indochina (hoje Vietnã) e da Argélia, assim como desde o avanço às lutas de libertação nacional nas suas ex-colônias da África, todos os governos franceses – sem exceção – têm combinado os compromissos de limitada autonomia política com a repressão para impedir novos levantes anticoloniais e independentistas.

A visita de Macron para negociar com os *canaques* reflete o avanço nas tendências de luta anti coloniais e contra a opressão das massas mundiais. As massas francesas se têm mostrado muito solidárias e ativas na defesa dos palestinos, deixando claro

solidarizam e se somam ativamente à luta pela libertação da Palestina do sionismo, a luta dos *canaques* pode ser favorecida em seu objetivo de conquistarem a independência na medida que a vanguarda e os explorados da França levantem a bandeira da autodeterminação de todos os povos oprimidos, especialmente das colônias e nações que sofrem de jugo imperialista francês, objetivando a derrota de sua própria burguesia com os métodos da luta de classes. Esse é um dever e uma tarefa prática elementar dos internacionalistas para abrir caminho à luta revolucionária da classe operária pela sua própria emancipação de classe. ●